

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**A CADEIA PRODUTIVA DO FUMO NA REGIÃO DA
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE LAGUNA
(AMUREL) NO PERÍODO 1990-2002**

GILSON MICHELS DACOREGIO

Florianópolis, junho de 2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**A CADEIA PRODUTIVA DO FUMO NA REGIÃO DA
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE LAGUNA
(AMUREL) NO PERÍODO 1990-2002**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para a
obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 – Monografia.

Por Gilsom Michels Dacoregio

Orientador: Professor Lauro Mattei

Área de Pesquisa: Economia Agrícola

Palavras – Chaves: 1 -Cadeia Produtiva

2 -Fumo no Setor Primário

3 -Fumicultura na AMUREL

Florianópolis, junho de 2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 8,0 ao aluno Gilsom Michels Dacoregio, na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:



Professor Lauro Mattei

Presidente



Professor Felipe Amim

Membro



Professor Laércio Barbosa Pereira

Membro

SUMÁRIO

	LISTA DE FIGURAS	05
	LISTA DE TABELAS	06
	LISTA DE SIGLAS	07
	RESUMO	08
1	Introdução	09
1.1	Contextualização	09
1.2	Objetivos	10
1.2.1	Geral	10
1.2.2	Específicos	10
1.3	Metodologia	11
1.4	Organização da Monografia	12
2	Cadeias Produtivas	13
2.1	Relações e Atores das Cadeias Produtivas	15
2.2	A Cadeia Produtiva do Fumo	19
3	Trajétoria Histórica da Cultura do Fumo	23
3.1	Histórico do Fumo no Mundo, no Brasil e em Santa Catarina	23
3.1.1	A Introdução do Fumo no Brasil	24
3.1.2	A Introdução do Fumo em Santa Catarina	25
3.2	Panorama da Produção Mundial de Fumo	26
3.3	Importância Sócio-Econômica do fumo no Brasil	31
3.3.1	Distribuição Regional da Produção de Fumo no Brasil	32
3.3.2	A Participação da Região Sul do Brasil na Cadeia Produtiva	34
3.4	As Indústrias de Transformação no Brasil	36
3.5	Logística de Distribuição	39
3.6	Considerações Finais	40
4	Panorama da Cultura do Fumo em Santa Catarina e na AMUREL	43
4.1	Produção e Distribuição Regional em Santa Catarina	43
4.2	Relações de Produção	49
4.2.1	O Sistema de Integração	49
4.2.2	A Assistência Técnica	50
4.2.3	Crédito Rural	50
4.2.4	Assinatura de Protocolo de Comercialização	52
4.3	A Fumicultura na região da AMUREL	55
4.3.1	Localização Geográfica e Composição da AMUREL	55
4.3.2	Caracterização da AMUREL	56
4.3.2.1	Indicadores Populacionais	56
4.3.2.2	Indicadores Econômicos	57
4.3.2.2.1	Setor Primário	58
4.3.2.2.2	Setor Secundário	59
4.3.2.2.3	Setor Terciário	60
4.3.3	A Importância da Cultura do Fumo para a AMUREL	61
4.4	Considerações Finais	66
5	Considerações Finais	68
6	Bibliografia	71

LISTA DE FIGURAS

Gráfico 1 : Distribuição da Produção Mundial de Fumo no ano de 2002.....	28
Gráfico 2 : Distribuição da Produção Brasileira de Fumo por Regiões no ano de 2002.....	33
Gráfico 3 : Distribuição da Produção Catarinense de Fumo por Mesorregiões no ano de 2002	47
Mapa da Associação dos Municípios da Região de Laguna (AMUREL).....	55

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Produção e Principais Produtores Mundiais de Fumo em 1990 – 1999 e 2002	26
Tabela 2: Oferta e Demanda Mundial de Fumo em Folha de 1998 a 2002.....	29
Tabela 3: Principais Exportadores Mundiais de Fumo em 1990, 1999 e 2002.....	30
Tabela 4: Área plantada em hectares nos anos de 1990, 1999 e 2002, nos três Estados do Sul.....	34
Tabela 5: Produção em toneladas nos anos de 1990, 1999 e 2002 nos três estados do Sul.....	35
Tabela 6: Número de produtores nos anos de 1990, 1999 e 2002 nos três estados do Sul.....	36
Tabela 7: Volume das Exportações Catarinenses em Toneladas de 1992 a 2002.....	44
Tabela 8: Produtos com maior participação no Valor Bruto da Produção da Agropecuária Catarinense em 2002.....	45
Tabela 9 : Área Plantada em Hectares e Volume de Produção em Toneladas nas Mesorregiões Catarinenses em 1990,1999 e 2002.....	48
Tabela 10: População dos Municípios da AMUREL.....	56
Tabela 11: Área Plantada em Hectares e Produção em Toneladas nos Municípios da AMUREL em 1998 e 2002.....	63

LISTA DE SIGLAS

AMUREL – Associação dos Municípios da Região de Laguna

AFUBRA – Associação dos Fumicultores do Brasil

ICEPA – Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina

DESER – Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais

SINDIFUMO – Sindicato das Indústrias de Fumo

ABIFUMO – Associação Brasileira das Indústrias de Fumo

EPAGRI – Empresa de Pesquisa e Extensão Rural de Santa Catarina

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

RESUMO

O presente trabalho, usando os conceitos de cadeia produtiva, apresenta a cadeia do fumo na região da Associação dos Municípios da Região de Laguna (AMUREL), no período de 1990 – 2002, enfatizando a dinâmica do setor primário, tendo em vista a importância desempenhada por essa cultura na referida localidade.

Com base em informações coletados junto à instituições e órgãos públicos e privados envolvidos com a produção primária do fumo, o estudo faz um panorama da evolução e da dinâmica da cadeia ao longo da última década do século XX, destacando-se o nível de produção, área plantada, número de produtores, distribuição geográfica da produção, entre os fatores que fazem parte da cadeia produtiva do fumo na região da AMUREL.

A análise dos dados permite concluir que ocorreram importantes alterações nos diferentes segmentos que compõem a referida cadeia ao longo dos últimos anos, sendo que parte dessas mudanças recaíram mais fortemente sobre o setor primário, obrigando os agricultores a se adaptarem às novas exigências, principalmente aquelas oriundas das indústrias processadoras.

Além disso, observou-se que a cultura do fumo ainda continua tendo um papel fundamental nas pequenas propriedades agrícolas da região, mesmo na presença de um conjunto de manifestações, sobretudo de ordem ambiental e de saúde humana, contrárias a continuidade da exploração dessa cultura em larga escala. Uma das principais razões que justificam a permanência dessa cultura no cenário produtivo da região deve-se à importância econômica que a mesma exerce sobre o segmento da agricultura familiar.

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

A fumicultura tem-se mostrado como uma atividade de relevância, tanto no estado como no país, devido à sua expressiva importância econômica e social. Caracterizada pelo sistema de integração em que as indústrias controlam quase totalmente o processo produtivo e a quantidade produzida, a cultura do fumo depende de forma significativa do comportamento do mercado internacional, uma vez que grande parte da produção brasileira se destina às exportações.

Segundo a AFUBRA (2002), a cadeia produtiva do fumo tem a produção primária pulverizada entre milhares de produtores, enquanto o processamento apresenta uma concentração entre poucas indústrias, as quais mantêm vínculos com os produtores através da garantia de compra da produção, assistência técnica direta, fornecimento de insumos e aval junto a rede bancária para financiamento dos investimentos necessários ao custeio das lavouras.

De acordo com o ICEPA (2002), a produção brasileira de fumo praticamente se confunde com a produção da Região Sul, que responde por cerca de 95% do total nacional, sendo que Santa Catarina tem uma participação de aproximadamente 35% da produção do país. O cultivo é desenvolvido quase exclusivamente nas pequenas unidades familiares que absorvem elevado volume de mão-de-obra, representando uma das principais fontes de renda e apresentando produtividade elevada em área reduzida, quando comparado a outras culturas, o que contribui de forma importante na arrecadação de impostos nos pequenos municípios cuja economia depende do setor primário.

Ao longo dos últimos anos ocorreram muitas alterações na cadeia produtiva do fumo devido à influência do mercado internacional, às restrições

ao uso de recursos naturais, bem como da expansão de campanhas de combate ao fumo em escala global. Esses fatos provocam problemas de relacionamento entre produtores e indústrias e prejudicam a situação econômica dos produtores familiares.

Neste cenário produtivo, o estudo pretende responder a seguinte questão:

- a) qual a situação da cadeia de fumo no estado de SC e, especificamente na região da AMUREL?
- b) como a cadeia produtiva do fumo poderá ter continuidade na região, já que esbarra com problemas relacionados ao impacto ambiental e à saúde dos agricultores e dos consumidores?

1.2 Objetivos

1.2.1 Geral

Analisar o comportamento da cadeia produtiva do fumo no estado de Santa Catarina e na região da Associação dos Municípios da Região de Laguna (AMUREL), enfatizando o segmento produtor de matéria-prima.

1.2.2 Específicos

- Apresentar a cadeia produtiva do fumo, destacando os principais segmentos envolvidos;
- Discutir a importância econômica e social da cadeia do fumo no Brasil e em Santa Catarina, com ênfase na região Sul deste Estado ;
- Analisar o desempenho produtivo do segmento primário da região Sul de Santa Catarina, destacando quantidades produzidas, área plantada, entre outros aspectos relevantes.

- Discutir o perfil desse sistema de produção e suas perspectivas frente aos desafios enfrentados.

1.3 Metodologia

O estudo realizado compreende um corte analítico de cadeia produtiva do fumo, com ênfase no setor produtor de matéria-prima do Estado de Santa Catarina. Esta delimitação se faz necessária, uma vez que a cadeia produtiva envolve inúmeras atividades, que vão desde a produção de insumos e equipamentos necessários à produção, processo produtivo desenvolvido pelo produtor desde o plantio até a colheita, transporte para as unidades de beneficiamento, transformação realizada pela indústria, distribuição varejista e, por fim, a chegada do produto ao consumidor final.

A pesquisa bibliográfica está amparada em artigos sobre a fumicultura e em estudos desenvolvidos pelo Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais (DESER), além de documentos produzidos por órgãos relacionados à fumicultura.

Em termos de informações estatísticas, o trabalho está fundamentado na coleta de dados e informações secundárias junto à órgãos diretamente ligados à fumicultura, como a AFUBRA (Associação dos Fumicultores do Brasil), que possui um controle sobre os dados relacionados a produção, bem como as diversas atividades relacionadas a cadeia produtiva do fumo, além da coleta de dados junto ao Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina (ICEPA) e consultas a diversos analistas de mercado.

No que diz respeito a região Sul de Santa Catarina, foram coletados dados sobre as características econômicas e sociais da região junto a Associação dos Municípios, destacando a importância da cadeia produtiva do fumo dentro da Associação dos Municípios da Região de Laguna (AMUREL).

1.4 Organização da Monografia

O trabalho será organizado em 5 capítulos:

O Capítulo 1 trata do objeto de estudo, delimitação do tema, objetivos, metodologia e resultados a serem alcançados.

O Capítulo 2 apresenta a teoria da cadeia produtiva, destacando os principais segmentos envolvidos. A cadeia produtiva do fumo é exposta através de uma esquematização que mostra os elos estabelecidos ao longo de toda a cadeia, além dos atores envolvidos.

O Capítulo 3 faz um breve histórico do início da utilização do fumo no mundo e como aconteceu sua introdução no Brasil e em Santa Catarina. Apresenta o cenário mundial dessa atividade econômica durante a década de 1990 até o ano de 2002, destacando os principais países produtores e exportadores e mostrando a participação do Brasil. É discutida a importância sócio-econômica da cadeia produtiva do fumo no país e na região Sul, que é a principal responsável pela dinamização dessa cultura. São apresentadas as principais indústrias processadoras que atuam no mercado, além da logística de distribuição do produto no mercado consumidor.

O Capítulo 4 apresenta um breve panorama da cultura do fumo em Santa Catarina, destacando a importância da mesma na região da Associação dos Municípios da Região de Laguna (AMUREL). Neste caso, são expostos os dados sócio-econômicos da AMUREL, mostrando como a cadeia produtiva do fumo se insere nessa região. Também são apresentadas as relações entre produtores e indústrias através do sistema de integração.

O Capítulo 5 apresenta as considerações finais sobre a cadeia produtiva do fumo na região considerada, realçando suas perspectivas futuras.

CAPÍTULO 2: CADEIAS PRODUTIVAS

Conceitua-se Cadeia Produtiva como o conjunto de atividades articuladas envolvendo desde a produção da matéria-prima até a sua transformação e comercialização em produto final. “É composta por uma sucessão de etapas tecnológicas de produção distintas e separáveis, associadas à utilização de um recurso dado ou à obtenção de um determinado produto” (Kopittke, 1988:3). Alguns autores a denominam como “Filière”, enfoque técnico desenvolvido na França para o estudo da organização agroindustrial, em que “fil” quer dizer fio, ou seja, empresta a idéia de ligação através de um fio entre as várias etapas desde a produção de matéria-prima até a comercialização do produto.

Segundo Morvan (1985), Cadeia Produtiva (Filière) é uma seqüência de operações que conduzem à produção de bens. Sua articulação é amplamente influenciada pela fronteira de possibilidades ditadas pela tecnologia, sendo definida pelas estratégias dos agentes que buscam a maximização dos seus lucros. As relações entre os agentes são de interdependência ou complementariedade e determinadas por forças hierárquicas. Em diferentes níveis de análise a cadeia é um sistema, mais ou menos capaz de assegurar sua própria transformação.

Segundo Castro et al (1995), a Cadeia Produtiva refere-se a um enfoque sistêmico e se define como o conjunto de componentes interativos, tais como: sistemas produtivos agropecuários e agroflorestais, fornecedores de serviços e insumos, indústrias de processamento e transformação, distribuição e comercialização, além dos consumidores finais de produtos e subprodutos da cadeia.

As cadeias de produção agroindustriais, da qual a cadeia do fumo faz parte, utilizam-se dessa estrutura a fim de promover a agregação de valor, estabelecendo um elo entre produtores rurais, indústrias e comercialização através do encadeamento das operações técnicas de jusante a montante, refletindo uma seqüência de transformação de matérias-primas em produtos

finais e conseqüente destinação ao consumidor. No entanto, as cadeias produtivas não estão presentes apenas nas agroindústrias; setores como construção civil, siderurgia, eletroeletrônicos, transporte, têxtil, química, entre outros, também se utilizam dessa estrutura para análises globais.

Os sistemas agroindustriais são caracterizados pela dependência entre as indústrias de insumos, produção agropecuária, indústrias de processamento e o sistema de distribuição, sendo que essas relações estabelecidas entre os atores devem servir de balizador para a formulação de políticas públicas e estratégias empresariais.

A necessidade de transformação de matéria-prima em produtos industrializados levou a formação de uma série de processos divididos ao longo da cadeia produtiva, diluindo dessa forma o risco entre os agentes envolvidos e permitindo uma maior intensidade das ligações intersetoriais através de uma seqüência dependente de operações dentro das mais variadas cadeias produtivas.

Neste sentido, não há mais como discutir disponibilidade e consumo de alimentos de uma perspectiva puramente agrícola no contexto de uma economia urbanizada, na qual os alimentos industrializados ganham cada vez mais espaço no mercado consumidor. Também não há como tratar a modernização e eficiência da produção de alimentos sem considerar as múltiplas relações entre agricultura, indústria e comércio. Sendo assim, as cadeias produtivas cumprem o papel de organizar a seqüência produtiva, permitindo atender a demanda por produtos industrializados através de uma ligação organizada entre as diversas fases do processo produtivo.

No decorrer da transformação de um determinado produto, o mercado desempenha papel fundamental convertendo as necessidades do setor produtivo em novas oportunidades de produção e fontes de pesquisa no desenvolvimento de novas tecnologias, permitindo desta forma uma dinamização dos setores envolvidos com a cadeia produtiva.

São basicamente quatro mercados com diferentes características dentro da cadeia produtiva (Batalha & Silva, 1994): entre os produtores de insumos e os produtores rurais; entre os produtores rurais e as agroindústrias; entre as

agroindústrias e os distribuidores, entre o distribuidores e os consumidores finais, sendo que as condicionantes exigidas pelo consumidor final constituem as principais responsáveis pelas mudanças ao longo da cadeia produtiva, uma vez que ocorre uma adaptação de acordo com as necessidades ou novas demandas dos consumidores.

As estratégias adotadas pelas empresas responsáveis pelo produto final permitem muitas vezes o domínio sobre o estabelecimento dos preços e condições de pagamento frente ao produtor de matéria-prima através dos elos estabelecidos. Esses elos podem dizer respeito à garantia de compra de toda a matéria-prima mediante o fornecimento de insumos e assistência técnica, ou de outra forma, podem ser de caráter dominante, influenciando os preços de aquisição de máquinas e equipamentos sob a ameaça de troca de fornecedor. A integração torna-se, por vezes, muito forte, a ponto da empresa beneficiadora do produto final possuir influência sobre todos os setores da cadeia produtiva, bem como sobre o retorno aos envolvidos com a mesma.

A análise de cadeia produtiva permite identificar os principais atores, os gargalos existentes, levantar a importância das diversas operações técnicas e ainda traçar estratégias para as empresas. Com isso, se chega a uma visão geral do setor estudado, permitindo apontar soluções aos problemas encontrados em qualquer dos segmentos específicos que compõem uma determinada cadeia.

2.1 – Relações e Atores das Cadeias Produtivas

A eficiência de uma cadeia produtiva depende do relacionamento entre os seus atores nesses subsistemas e da busca do desenvolvimento e aperfeiçoamento dessas relações. Ao mesmo tempo em que há cooperação entre si, há também conflitos na disputa por margens de lucro, sendo que a tendência nessas relações poderá tornar a arquitetura da cadeia produtiva mais ou menos eficientes, influenciando não somente o resultado no conjunto, mas

também a satisfação do consumidor com o produto final. Devido a necessidade dessas relações existe uma dinâmica dentro da cadeia, caracterizadas tanto por intervenções externas como internas ou tecnológicas, que ao longo do tempo vão moldando as relações contratuais.

Os atores que compõem a Cadeia Produtiva dentro do Sistema Agroindustrial, segundo Zylbersztajn (2000), são: o produtor primário, a agroindústria, o atacado e o varejo de alimentos.

O produtor primário é o responsável pela produção de matéria-prima, encontrando-se distante do mercado final e disperso geograficamente. Esse é o ator responsável em lidar com aspectos técnicos e com a produção através do uso dos recursos humanos e ambientais. A produção agrícola é caracterizada pela crescente complexidade, devido à dificuldade de se manter com a renda originária da terra, bem como às dificuldades de adaptação diante das inovações tecnológicas. Existe o relacionamento com produtores de insumos e equipamentos, levando o agricultor a privilegiar as empresas que o auxiliem na solução de seus problemas.

O setor primário movimenta e interliga os diversos setores; logo é essencial em toda a cadeia produtiva. Decorre daí a importância de entender como funciona e como tem se comportado esse setor diante das transformações gerais que estão ocorrendo na economia.

A agroindústria é o ator responsável pela transformação da matéria-prima em produto final. Atuam nesse segmento da cadeia produtiva diversas empresas caracterizadas pela pluralidade, ou seja, empresas de grande porte, familiares, ou até mesmo associações de produtores que buscam agregar valor ao seu produto. A agroindústria estabelece relações com o produtor primário e com o agente distribuidor, sendo que a relação com o primeiro apresenta, em muitos casos, conflitos distributivos e relação de subordinação frente à agroindústria, devido ao fato do produtor não possuir opções de colocação do produto no mercado.

O atacado possui a função de servir como um grande distribuidor, pois seu relacionamento se dá com a agroindústria e os varejistas, servindo como concentrador físico do produto para uma seqüente distribuição aos varejistas.

O varejo cumpre a função de distribuição dos produtos ao consumidor final, sendo caracterizado pela heterogeneidade, ou seja, são encontrados estabelecimentos desde os mais sofisticados e que possuem grande fatia do mercado, até pequenos estabelecimentos. Os mais especializados possuem um maior poder de barganha e estabelecem uma relação de gestores do espaço das prateleiras e caracterizam-se, ainda, pelo elevado giro de mercadorias, com forte competição entre as empresas.

Em termos de avanço tecnológico, as cadeias produtivas permitem o aprimoramento tecnológico em três classes distintas (Maisseu & Le Duff, 1991): tecnologias de base que estão relacionadas à atividade principal da cadeia com baixo impacto competitivo, uma vez que se limitam as novas técnicas de produção de matéria-prima; tecnologias chave que possuem caráter concorrencial por estarem relacionadas às operações chaves da cadeia de produção, isto é, a transformação em produto final; e tecnologias emergentes que dizem respeito à evolução futura do sistema visando a manutenção no mercado.

A adoção de tecnologias chave e tecnologias emergentes é fundamental para o desempenho da cadeia produtiva, uma vez que não estão disponíveis e são desconhecidas das empresas, ao contrário das tecnologias de base que, muitas vezes, tornam-se comuns às empresas do mesmo ramo. Tecnologias relacionadas à microinformática são um bom exemplo de inovações de forte influência, devido ao seu poder de impacto e por se constituírem em tecnologias chaves.

As transformações socioeconômicas ocorridas ao longo dos anos como a globalização da economia e a abertura de mercados, proporcionaram exigências dos consumidores por produtos diversificados e, ao mesmo tempo, aumentaram a concorrência. Frente a essas novas exigências e modificações, as cadeias produtivas desempenham papel fundamental no atendimento a essas novas demandas e na busca de melhorias, via inovação tecnológica. Assim, além de buscarem a eficiência na transformação de produtos de qualidade e diversidade, as cadeias promovem uma integração crescente entre

os agentes envolvidos, uma vez que a evolução da mesma depende da interação ente os seus atores.

No caso dos sistemas agroindustriais existe a integração da agricultura familiar no negócio agrícola como importante produtora de matéria-prima. As relações estabelecidas entre os produtores e a agroindústria, embora coloquem a agricultura familiar em desvantagem nas relações de mercado no momento da negociação, permitem a sua participação na cadeia produtiva garantindo a comercialização da produção, além de facilitar o acesso à tecnologias de produção fornecidas pelo sistema de integração produtor-agroindústria, uma vez que há o interesse de produzir matéria-prima de qualidade por ambas as partes envolvidas.

A cadeia produtiva permite que a agricultura familiar coloque seus produtos no mercado sem entraves, enquanto que por conta própria este setor encontraria limitações para comercializar seus produtos, oferecendo produtos de baixa qualidade ou atuando no mercado informal, visto que as exigências para comercialização tornam-se cada vez mais complexas.

Segundo Caron (1998), a agricultura familiar é o conjunto das formas de produção que não são latifúndios ou empresas rurais e que apresentam características comuns, como valorização da mão-de-obra familiar e a autonomia da gestão dos meios de produção. A integração permite à agricultura familiar fugir do quadro de representação clássica, onde ela aparecia apenas como atividade de subsistência básica. Este segmento desponta junto a outros setores produtivos, como empresas rurais de médio e grande porte, com a exploração de uma cultura que proporciona uma renda mediante a exploração pela família na propriedade, afinal o produto dessas famílias é integrado ao mercado local representado pelas cidades próximas a região produtora; ao mercado regional compreendendo cidades de pequeno, médio e grande portes; ao mercado nacional e até mesmo ao mercado externo, como é o caso da cultura do fumo.

2.2 - A Cadeia Produtiva do Fumo

A cadeia produtiva do fumo é caracterizada pelas múltiplas relações entre agricultura, indústria e mercado, sustentando-se pela organização institucional das relações tecnológicas entre esses segmentos, pois existe uma forte dependência entre a matéria-prima e as exigências técnicas do processo industrial de produção. O fumo envolve fabricantes de insumos e equipamentos, o produtor rural e sua família, a fumageira integradora, os transportadores, os trabalhadores temporários da safra, os trabalhadores das indústrias, os distribuidores, os varejistas e as instituições públicas e privadas.

Os trabalhadores se encontram de um lado, atuando na produção em diferentes segmentos, enquanto que de outro lado estão os comerciantes, industriais e exportadores. Dependendo da conjuntura econômica, bem como da situação da cadeia produtiva, estes segmentos se encontram em harmonia e, às vezes, em conflito devido às divergências encontradas ao longo da cadeia, uma vez que choque de interesses não conseguem ser conciliados.

Diante dos conflitos existentes ao longo da cadeia, os principais atores se organizam através de sindicatos ou associações com o objetivo de defender seus interesses. O Sindifumo (Sindicato das Indústrias do Fumo) e a ABIFUMO (Associação das Indústrias de Fumo) representam as fumageiras, setor mais forte. Já os produtores possuem como representação a AFUBRA (Associação dos Fumicultores do Brasil), Sindicatos e Federações de Trabalhadores.

Para se compreender melhor como ocorre as relações entre os atores da cadeia produtiva do fumo, citamos três etapas distintas a partir do setor primário: as atividades que ocorrem antes da propriedade agrícola, na propriedade agrícola e depois da propriedade agrícola.

A cadeia produtiva do fumo, antes da propriedade agrícola, é composta pelas indústrias de máquinas e equipamentos, responsáveis por pesquisas e adaptações no que diz respeito às necessidades do setor primário, tornando-o mais eficiente e facilitando a execução das atividades. As indústrias de corretivos e defensivos também atuam na produção de acordo com as

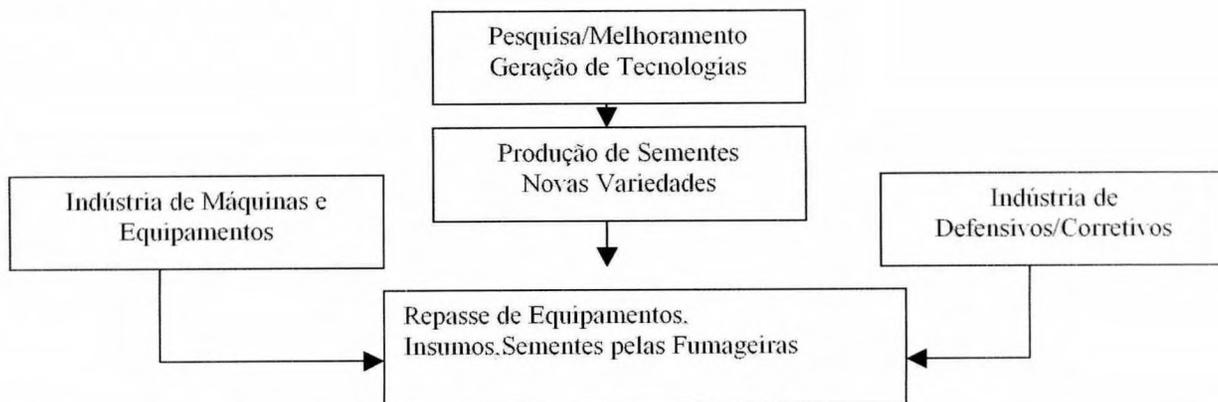
exigências das fumageiras para a produção do fumo nos padrões exigidos. A indústria fumageira atua na pesquisa e melhoramento de variedades, sendo que os corretivos, defensivos, máquinas, equipamentos e sementes, chegam à unidade produtiva através da fumageira, que normalmente financia todos esses itens.

Na propriedade (unidade produtiva primária), ocorre todo o processo desde o plantio até a colheita, envolvendo atividades de preparo do solo, produção de mudas, envolvimento da mão-de-obra familiar em todo o processo produtivo, tratamentos culturais, utilização de recursos naturais da propriedade (lenha, solo, água, entre outros), assistência técnica fornecida pela fumageira (em média uma visita a cada dois meses), colheita, secagem das folhas (também conhecida como cura), preparo para entrega através de uma pré-classificação do fumo pelo produtor e, por fim, transporte até a fumageira. Todo esse processo envolve atividades na unidade produtiva durante um período de nove a dez meses por safra anual.

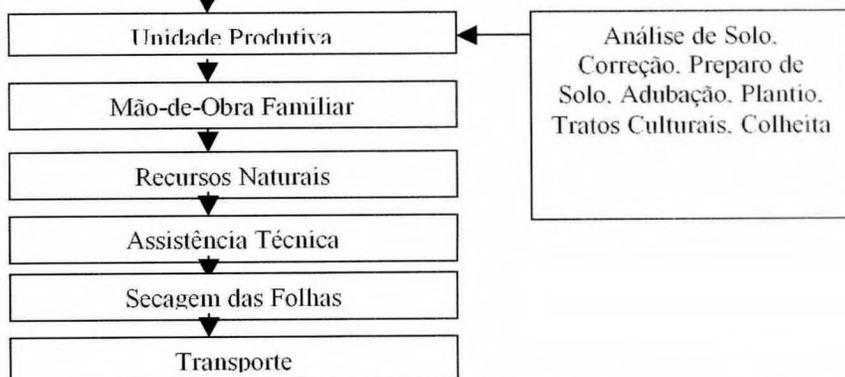
Depois da propriedade, a etapa seguinte é o processamento da matéria-prima pela indústria fumageira (Unidade Processadora) que, ao receber o fumo, faz uma classificação de acordo com a qualidade do produto, classificação essa que define a remuneração recebida pelo produtor. Após essa etapa vem o processamento industrial para a produção do cigarro, envolvendo a mão-de-obra da indústria, os agentes exportadores, já que o Brasil exporta uma quantidade expressiva da produção. Posteriormente, segue-se a etapa final do processo, ao encargo do setor varejista, o qual realiza a distribuição do produto final ao mercado consumidor.

As relações estabelecidas ao longo da cadeia produtiva do fumo podem ser verificadas através da esquematização abaixo, que mostra as etapas, bem como as articulações desde a produção de insumos até a relação com o consumidor final.

Antes da Propriedade



Na Propriedade



Depois da Propriedade



Sem menosprezar os demais segmentos, neste estudo será destacado o papel do setor primário que produz o fumo em folha, não somente pela sua importância econômica e social, mas pelo seu papel fundamental na cadeia produtiva, ao movimentar e interligar os demais segmentos. Com isso, ele se constitui em um segmento crucial da cadeia produtiva.

Assim, devido à dinâmica proporcionada pelas atividades na propriedade agrícola, será feito um corte da cadeia, dando-se ênfase às transformações em curso no setor primário, bem como o cenário atual do mesmo no âmbito da cadeia e suas perspectivas futuras.

CAPÍTULO 3: TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA CULTURA DO FUMO

3.1 Histórico do Fumo no Mundo, no Brasil e em Santa Catarina

A utilização do fumo teve seu início através dos Maias, na América do Norte e Central, há aproximadamente quatro mil anos. A partir desse povo as técnicas de utilização do fumo, bem como o seu consumo, se espalharam entre os demais povos indígenas que utilizavam o produto em cerimônias religiosas, acreditando que sua fumaça os aproximava dos deuses (DESER, 1998).

O consumo do tabaco em forma de cigarros chegou à Europa através dos navegadores que, além do produto pronto para consumo, levaram sementes para implantação das primeiras lavouras de fumo. Acreditava-se que a fumaça do cigarro tivesse efeitos medicinais curando diversas doenças e em homenagem ao francês Jean Nicot, que acreditava nessa possibilidade, a planta foi denominada de Nicotina.

Juntando o costume dos índios de fumar em rituais sagrados com a teoria medicinal de Jean Nicot, o consumo do fumo, em forma de cigarro ou cachimbos, passou a ser, a partir de 1600, um hábito de prazer. Na Europa, nesse mesmo período, foram abertas as primeiras lojas para venda do produto. Através de colonos, marinheiros, comerciantes e, até mesmo missionários, o comércio do fumo se expandiu consideravelmente entre 1650 e 1750.

A partir das primeiras áreas plantadas, o fumo começou a se espalhar pelo mundo, chegando aos países que hoje são os principais produtores. Na América do Norte o cultivo comercial de fumo foi iniciado na colônia inglesa de Virgínia. Na Europa, Portugal era um importante importador através de suas colônias no Oriente. Na Ásia, a China destacou-se pelo consumo expressivo. Já na África, o fumo era utilizado como moeda na compra de escravos.

Percebendo a importância que o fumo representava economicamente, os governantes dos países onde a cultura ganhou espaço, iniciaram a cobrança de pesados tributos e taxas sobre seu consumo e importação. Diante da difusão pelo mundo do costume de fumar, as folhas do tabaco tornaram-se cada vez mais escassas e caras.

Um dos fatores que estimulou ainda mais o consumo mundial de cigarro foi as guerras. No século XIX, durante a Guerra Peninsular na Europa, o charuto espalhou-se por todo o continente através de soldados franceses e ingleses. Mais tarde, o charuto cedeu espaço ao cigarro que ficou mais barato devido a era das máquinas, tornando-se um produto mais acessível às classes de rendas inferiores.

Entre os principais acontecimentos que contribuíram para o aumento do consumo do cigarro estão as duas Guerras Mundiais. Muitos dos soldados chegavam aos locais de combate como não fumantes e os que conseguiam retornar ao país de origem voltavam como importantes consumidores, devido ao consumo regular.

3.1.1 A Introdução do Fumo no Brasil

O fumo se difundiu pelo Brasil através das migrações indígenas, especialmente pelos Tupi-Guarani, de acordo com DESER (1998). Era um produto de uso comum nas tribos indígenas e cultivado em boa parte da costa brasileira quando os europeus chegaram ao país.

As primeiras lavouras implantadas no Brasil já possuíam as mesmas características das cultivadas atualmente, isto é, limitavam-se ao cultivo em pequenas áreas. Inicialmente cultivou-se o fumo no Nordeste do país, na faixa litorânea entre Salvador e Recife, passando posteriormente a ser cultivado no Sudeste e Sul do país.

A produção do fumo no Brasil teve, desde o seu início, grande parte destinada ao exterior, tomando três direções: o produto de primeira qualidade

era exportado para Lisboa para abastecer não somente Portugal, mas também outros países da Europa; uma parte servia como moeda na compra de escravos oriundos da África; e o restante, de qualidade inferior, destinava-se ao consumo interno.

Devido à importância econômica da cultura do fumo, o seu cultivo se espalhou pelo país mudando a sua ocupação espacial e diversificando os processos de industrialização e comercialização. A difusão do fumo pelo país, juntamente com a chegada de imigrantes alemães e italianos, transformou os três estados da região Sul nos maiores produtores e beneficiadores de fumo, transformando o Brasil entre os principais países produtores do produto no mundo.

3.1.2 A Introdução do Fumo em Santa Catarina

Segundo Paulilo (1986), o cultivo comercial do fumo no Estado teve seu início por volta de 1950, através da Souza Cruz. Antes disso, já era cultivado fumo de corda, mas em quantias irrisórias, sendo este tipo de produto comercializado por pequenas fábricas de fumo, em forma de rolo ou picado.

O fumo, aos poucos, foi tomando conta de terras que antes eram utilizadas para o cultivo de mandioca, arroz e milho. A Souza Cruz conseguiu convencer os agricultores a trabalharem de forma integrada na plantação de fumo de estufa, pois os investimentos eram financiados pela indústria fumageira, a qual também fornecia os demais insumos necessários.

As primeiras experiências foram bastante positivas devido aos novos agricultores interessados, o que ajudou a transformar o cenário da agricultura catarinense, especialmente na região Sul do Estado, através do estabelecimento da cultura do fumo em substituição as culturas da mandioca, que apresentava como característica preços instáveis e sem garantia de comercialização. Como forma de convencer novos agricultores a cultivarem o fumo, a fumageira contratava filhos de agricultores para trabalharem como instrutores (orientadores). Além disso, fatores como a garantia de compra e o

montante de dinheiro recebido em comparação às demais culturas contribuíram positivamente para a aceitação da nova cultura. A Souza Cruz foi a empresa pioneira na implantação do fumo de estufa em Santa Catarina e permaneceu sozinha no mercado por mais de duas décadas.

3.2 Panorama da Produção Mundial de Fumo

Ao compararmos a produção mundial de fumo entre o início e final de década de 1990 e o ano de 2002, observa-se uma concentração entre seis principais países produtores: China, Brasil, Índia, Estados Unidos, Zimbábue e Turquia. Embora a produção tenha oscilado ao longo dos anos em cada um desses países, se observa que os mesmos mantiveram a liderança, influenciando o nível de produção mundial, por concentrarem mais de 60% da produção do globo. Em 1990 respondiam por 67% da produção mundial, chegando em 1999, ao patamar de 69%, percentual que foi mantido no ano de 2002, conforme a tabela 1.

Tabela 1 – Produção e Principais Produtores Mundiais de Fumo 1990 – 1999 - 2002 (Em Toneladas)

Países	Anos		
	1990	1999	2002
China	2.645.610	2.478.295	2.454.578
Brasil	445.489	629.525	657.444
Índia	551.600	736.200	575.000
EUA	737.710	586.360	398.520
Zimbábue	130.394	193.183	174.000
Turquia	296.008	243.468	154.000
Outros	2.326.106	2.107.108	1.978.032
Mundo	7.132.917	6.974.139	6.391.574

Fonte: FAO.

Analisando a produção mundial como um todo, é possível afirmar que ocorreu uma gradativa redução na produção mundial de tabaco. Com isto, ocorreu também uma redução dos estoques mundiais, fato que favoreceu os preços internacionais e beneficiou os exportadores.

A queda na produção mundial, ocorrida ao longo do período estudado é explicada, em parte, pela redução da produção em países considerados como importantes produtores mundiais (ICEPA/SC). Nesse período, EUA e Zimbábue tiveram significativa redução em sua produção. Nos EUA, a redução foi influenciada pelos altos custos de produção baseados, principalmente, na dificuldade de mão-de-obra para a atividade, além do fato de que as condições climáticas não foram favoráveis à cultura nos últimos dois anos, influenciando a produtividade e, como consequência, diminuindo o volume de produção. Além disso, a intensificação de campanhas antitabagistas contribuíram para a redução da área plantada.

Desde 1990, a China continua na liderança da produção mundial. Isso se deve, principalmente, ao elevado nível de consumo interno desse país. Embora tenha mantido uma produção acima de 2 milhões de toneladas ao ano, o país não consegue ser auto-suficiente no abastecimento do mercado interno, o que o torna um potencial importador do produto. Assim como na maioria dos países em desenvolvimento, a China tem registrado um aumento no consumo, exportando uma parcela muito pequena de sua produção.

A redução na produção dos Estados Unidos e Zimbábue abriu importantes espaços de mercado para outros países que se beneficiaram com a redução dos estoques mundiais, destacando-se o Brasil como um dos principais beneficiados. Observa-se que, à exceção da maioria dos demais países, o Brasil aumentou sua produção, passando de 445.489 toneladas no início da década de 90, para 629.525 toneladas em 1999 e chegando a 657.444 toneladas em 2002. Essa evolução contínua da produção elevou o Brasil para a condição de segundo maior produtor mundial de fumo.

Já no Zimbábue, a produção foi reduzida devido aos problemas sociais, políticos e econômicos que ocorreram naquele país. O Zimbábue passa por uma grande instabilidade que atinge todos os setores, mas que se origina no

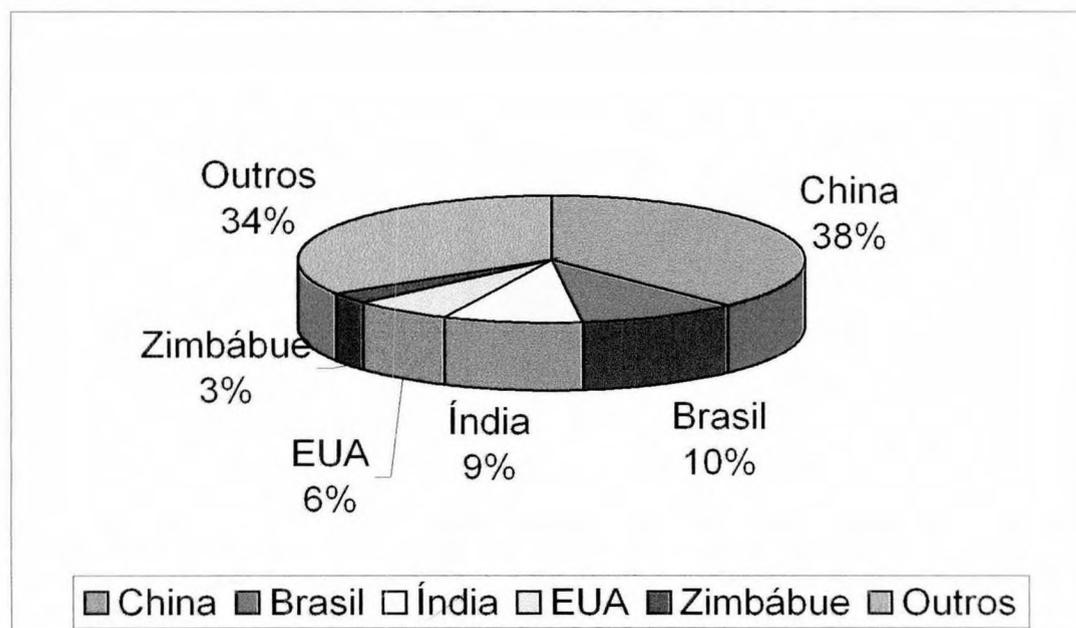
setor agrário, devido aos conflitos entre governo e fazendeiros. O fato do governo ter adotado medidas no sentido de concentrar a compra do fumo em suas mãos provocou uma reação negativa entre os produtores da cultura, por temer que seus interesses fossem afetados (DESER,2003).

Além destes países, também registraram redução no volume de produção a Índia e a Turquia, dois importantes produtores mundiais. A Índia é uma importante concorrente internacional, devido ao custo de produção ser baixo, fato este relacionado com a baixa remuneração da mão-de-obra.

No ano de 2002, o Brasil alcançou a maior produção de fumo de toda a sua história, o que equivale a 10% da produção mundial, conforme o gráfico 1. Essa safra permitiu que o Brasil passasse a ser o 2º maior produtor mundial, ultrapassando a Índia e ficando abaixo apenas da China, líder mundial com 38% da produção.

Fatores como aumento da produtividade e da área plantada permitiram um salto na produção, registrando um aumento de 47,5% do início até o fim da década de 1990.

Gráfico 1 - Distribuição da Produção Mundial de Fumo em 2002 (em %)



Fonte: FAO.

O aumento da produção brasileira, associado à redução da produção mundial, permitiu que o Brasil ampliasse sua participação no mercado internacional através do aumento das exportações de fumo em folha. Em 1999, segundo a tabela 2, o estoque mundial era de 7.179.751 toneladas, chegando em 2002 a 5.042.918 toneladas, representando uma queda nos estoques mundiais da ordem de 29,76%. As campanhas anti-tabagistas e a redução na produção de alguns importantes países produtores citados anteriormente, contribuíram para que houvesse essa redução dos estoques mundiais.

Tabela 2 – Oferta e Demanda Mundial de Fumo em Folha 1998 a 2002 (Em Toneladas)

	1998	1999	2000	2001	2002
Produção	5.927.783	5.974.272	5.987.483	5.583.084	5.688.497
Exportação	1.929.190	2.070.601	1.968.237	2.107.479	2.096.375
Consumo	6.358.523	6.435.708	6.437.437	6.444.469	6.472.999
Estoque Final	7.686.975	7.179.751	6.737.233	5.851.155	5.042.918

Fonte: USDA.

A redução das exportações dos principais países produtores ocasionada pela queda de sua produção e perda de competitividade, especialmente os EUA e Zimbábue, permitiram que o Brasil fosse beneficiado na conquista de mercados para exportação do fumo. O Brasil vem consolidando a sua posição de maior exportador mundial de fumo desde 1993, com a conquista de novos mercados e o aumento da participação nos mercados tradicionais.

A qualidade do fumo, os preços competitivos e a garantia de abastecimento são os principais fatores que tem contribuído para a ampliação da participação do Brasil no mercado internacional. A desvalorização do real frente ao dólar no final da década de 1990 também contribuiu para um ganho de competitividade do produto brasileiro, pois os exportadores reduziram o preço do produto em dólares, sem no entanto reduzir o lucro em reais. De

acordo com o Sindicato das Indústrias do Fumo, nenhum outro país consegue colocar seu produto no mercado internacional ao preço do fumo brasileiro.

A tabela 3 mostra o comportamento das exportações dos principais países. Da mesma forma que a produção, as exportações encontram-se concentradas em seis países : Brasil, China, EUA, Itália, Malawi e Zimbábue que concentram 50% das exportações mundiais. O fator competitividade de preços tem influência muito forte sobre a participação dos países nas exportações.

O Brasil, que em 1990 ocupava o 2º lugar entre os maiores exportadores, passou a ser o maior exportador a partir de 1993, mantendo a posição até 2002. Os dados revelam que, em 1990, o país era responsável por 12,45% do total das exportações mundiais, percentual que passa para 16,86%, em 1999, e chega a 22,05% do total das exportações mundiais, em 2002.

Tabela 3 – Principais Exportadores Mundiais de Fumo 1990 – 1999 - 2002 (Em Toneladas)

Países	Anos		
	1990	1999	2002
Brasil	188.149	343.029	464.862
China	34.892	131.722	169.203
EUA	229.813	190.538	157.331
Itália	137.633	93.862	119.165
Malawi	87.419	95.600	114.581
Zimbábue	115.767	163.933	105.547
Outros	717.528	1.015.092	977.113
Mundo	1.511.201	2.033.776	2.107.862

Fonte: FAO.

Por outro lado, os EUA vêm reduzindo gradativamente o seu nível de exportações, devido a perda de competitividade resultante do alto custo de

produção daquele país. O Zimbábue aumentou a participação em 1999, reduzindo em 2002 devido aos problemas internos daquele país.

3.3 Importância Sócio-Econômica do Fumo no Brasil

A cadeia produtiva do fumo detém uma grande importância social e econômica no Brasil. Segundo dados da AFUBRA (2002), a produção do fumo está presente em cerca de 660 municípios dos três estados do Sul do país, que são responsáveis pela quase totalidade da produção brasileira. Somente no campo, onde é utilizada a maior parte da mão-de-obra, aproximadamente 135.000 famílias estão envolvidas nesta cadeia produtiva. A maior parte desse total é de agricultores familiares que obtém o sustento através do cultivo do fumo em pequenas áreas de terra.

De acordo com a AFUBRA (2002), ao longo de toda a cadeia produtiva, ou seja, desde a produção dos insumos até a chegada do cigarro ao consumidor final, são aproximadamente 2 milhões e 200 mil pessoas no Brasil que estão envolvidas de alguma forma por atividades relacionadas a esse setor, somando os empregos diretos e indiretos.

Na agricultura são aproximadamente 650 mil agricultores que trabalham nesta atividade. Já o beneficiamento, ou seja, a transformação do fumo em cigarro, emprega em torno de 30 mil pessoas. A maior parte dos empregos está ligada aos transportadores, postos de venda, fabricantes e distribuidores de insumos agrícolas, fornecedores de matéria-prima, entre outras atividades que somam mais de 1 milhão e 500 mil empregos.

No meio rural, além de proporcionar renda em pequenas áreas de produção, o fumo representa uma alternativa para conter o êxodo rural, uma vez que proporciona ao agricultor a garantia de venda do produto através das relações estabelecidas com as fumageiras. Este é um fator muito importante, pois a produção já tem um destino definido desde o momento do seu plantio.

Em termos especificamente econômicos, o fumo é responsável pela arrecadação de grandes volumes de impostos, recolhendo aos cofres públicos anualmente uma quantia que, em 1999, chegou a 5,5 bilhões de reais. O comportamento das exportações também influencia na entrada de divisas para o país, já que grande parte da produção destina-se ao mercado externo. A importância em termos de divisas que entram no Brasil é crescente devido ao aumento da participação do país no mercado internacional. O produto tem importância fundamental na pauta de exportações brasileiras, destacando-se como um dos principais produtos.

3.3.1 Distribuição Regional Da Produção de Fumo no Brasil

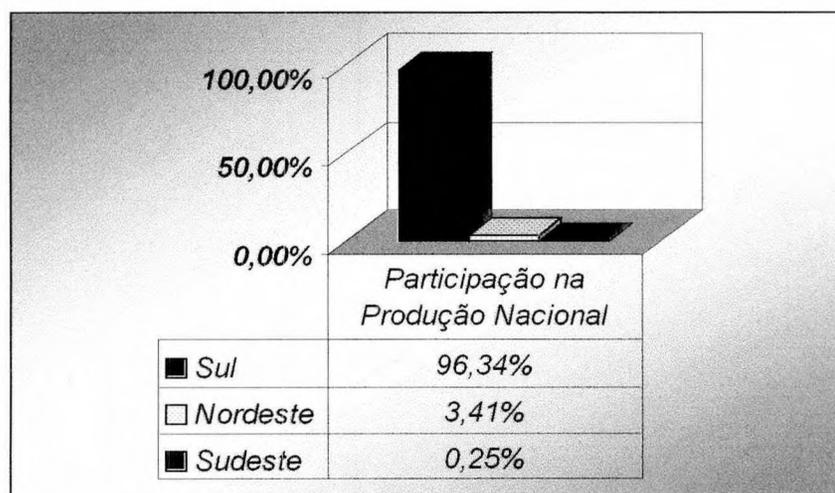
A produção brasileira de fumo se concentra na região Sul do país, sendo que Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, respondem por cerca de 95% da produção. Enquanto nas regiões Norte e Nordeste a produção se reduz com o passar dos anos, na região Sul a área plantada é crescente, fazendo com que a produção brasileira cada vez mais se confunda com a produção do sul do país.

O gráfico 2 ilustra a participação das regiões na produção nacional no ano de 2002.

Nas regiões Norte e Centro-Oeste não se registra produção de fumo.

O Nordeste é responsável por 3,41% da produção nacional sendo que Bahia e Alagoas são os maiores produtores, registrando-se produção também nos estados de Sergipe, Paraíba e Ceará. A cada ano que passa, especialmente nas últimas três safras, houve uma significativa redução da área plantada, bem como da produção em todos os estados da região nordestina (ICEPA/2003).

Gráfico 2 - Distribuição da Produção Brasileira de Fumo por Regiões no ano de 2002 (em %)



Fonte: ICEPA (2003)

Já o Sudeste respondeu por 0,25% da produção brasileira em 2002, tendo Minas Gerais como principal produtor, além da participação do estado de São Paulo, sendo que nos últimos três anos também houve redução da área plantada e da produção dessa região.

A região Sul registrou, em 2002, 96,34% da produção nacional, tendo como líder o Rio Grande do Sul, seguido pelos estados de Santa Catarina e Paraná. Ao contrário das demais regiões, registra-se aumento da área plantada e do nível de produção ano a ano, sendo a região responsável pela dinâmica da cadeia produtiva do fumo no Brasil.

Há um contraste com a introdução do fumo no país, que se deu na faixa litorânea da Bahia e que atualmente concentra-se na região Sul. Embora a Bahia hoje seja responsável por boa parte da produção do Nordeste, sua produção é insignificante quando comparada com as dos três estados do Sul. Enquanto a produção do Sul é de fumos claros e destinados para a fabricação de cigarros, no Nordeste se produz fumos escuros, utilizados em sua maioria para a fabricação de charutos.

3.3.2 A Participação da Região Sul do Brasil na Cadeia Produtiva do Fumo

Para que se possa explicar melhor a participação dos três estados do Sul do Brasil na cadeia produtiva do fumo são apresentados na seqüência dados referentes a área plantada, volume de produção e números de produtores.

Analisando a área plantada como um todo na região Sul, de acordo com a tabela 4, observa-se um crescimento do início ao final da década de 90 de 31,73% e um aumento de 14,47% entre 1999 para 2002. Ao longo de todo o período analisado houve um crescimento de 50,79% na área plantada, passando-se de 201.940 hectares, na safra 1989-90, para 304.510 hectares, na safra 2001-02.

Tabela 4 – Área plantada em hectares nos anos de 1990, 1999 e 2002, nos três Estados do Sul.

Estados	1989/1990	1998/1999	2001/2002
Rio Grande do Sul	91.550	123.710	152.680
Santa Catarina	88.770	105.530	111.520
Paraná	21.620	36.770	40.310
Total Regional	201.940	266.010	304.510

Fonte: AFUBRA.

O Rio Grande do Sul aparece na liderança em número de hectares da cultura, seguido por Santa Catarina e Paraná. A participação de cada Estado manteve esta hierarquia nos três períodos analisados e ficou assim distribuída em 2002: RS com 50,13%, SC com 36,63%, e PR com 13,24%.

A tabela 5 apresenta a produção. A exemplo da área plantada, o Rio Grande do Sul aparece mais uma vez na liderança. Em 2002 O RS teve

participação de 52,02% no total produzido na região, seguido por SC com 35,11% e PR com 12,87%. A produção total teve um acréscimo de 48,40% do início ao final da década de 1990, representando 178.120 toneladas.

Tabela 5 – Produção em toneladas nos anos de 1990, 1999 e 2002, nos três estados do Sul.

Estados	1989/1990	1998/1999	2001/2002
Rio Grande do Sul	168.180	273.110	330.360
Santa Catarina	157.910	204.680	223.020
Paraná	41.890	68.310	81.730
Total	367.980	546.100	635.110

Fonte: AFUBRA.

Além do aumento da área plantada, contribuíram para o aumento da produção o aumento da produtividade ocasionada pela tecnologia utilizada pelos produtores, uso correto do solo, insumos adequados, variedades mais produtivas e manejo correto da lavoura.

A tabela 6 apresenta o número de produtores na região Sul. Dos 153.130 produtores de fumo registrados no ano de 2002, 50,66% estavam localizados no RS, 33,72% em Santa Catarina e 15,62% no Paraná.

Tabela 6 – Número de produtores nos anos de 1990, 1999 e 2002, nos três estados do Sul.

Estados	1990	1999	2002
Rio Grande do Sul	53.880	71.260	77.570
Santa Catarina	51.430	56.970	51.630
Paraná	16.290	21.840	23.930
Total	121.600	150.070	153.130

Fonte: AFUBRA.

Os dados dos três estados do Sul, mostram que do início ao fim da década de 1990 houve um aumento de 28.470 produtores e de 1999 a 2002 mais um incremento de 3.060 produtores. O aumento registrado no último período analisado decorre, principalmente, da melhoria das condições internacionais do fumo brasileiro, que acabou atraindo novos produtores.

Quando analisamos especificamente o estado de Santa Catarina, observa-se que do ano de 1999 até o ano de 2002 houve redução de 9,37% no número de produtores. Fatores como melhora na produtividade e dominância das fumageiras perante os produtores influenciaram sobre essa oscilação, levando a uma seleção de produtores e concentrando a produção primária, decorrentes das exigências impostas pelas fumageiras no processo de adaptação aos padrões de produção.

Santa Catarina aparece novamente em segundo lugar, registrando um crescimento de apenas 0,39% no número de produtores quando comparamos os anos de 1990 e 2002. Já o Rio Grande do Sul e Paraná registram neste mesmo período um aumento bem mais expressivo de 43,97% e 46,9% respectivamente no período analisado.

3.4 As Indústrias de Transformação no Brasil

A indústria de transformação do fumo, que já era extremamente concentrada na década de 1990, não sofreu nenhuma alteração na década seguinte. Uma característica básica e comum a quase todas elas é sua vinculação ao capital internacional. A outra característica é a modernização de suas unidades produtivas, bem como as instalações de novos complexos industriais.

O Rio Grande do Sul concentra grande parte das maiores plantas instaladas no país, especialmente na região de Santa Cruz do Sul. Ao lado de grandes empresas multinacionais, registra-se a presença de uma empresa de capital nacional, a Brasfumo, que busca aumentar seu espaço no mercado.

Para uma análise mais detalhada da indústria de transformação, são apresentadas abaixo, segundo o DESER (2003), as principais indústrias que estão atualmente no mercado, especificando a sua capacidade de processamento, bem como número de empregados e de produtores integrados.

A **Souza Cruz** é a líder no mercado interno do Brasil, respondendo por 80% de participação. Atualmente a empresa processa cerca de 165 mil toneladas de fumo ao ano. Possui instalações em Santa Cruz do Sul, no RS, Rio Negro, no PR, e Blumenau, em SC, empregando em suas unidades processadoras aproximadamente 4 mil funcionários. A Souza Cruz é um dos cinco maiores grupos privados do país e a maior fabricante de cigarros. A empresa pertence ao grupo British American Tobacco. Suas atividades começaram, no Rio de Janeiro, em 1903 e, a partir de 1920, passou a fomentar a produção de fumo no Sul do país, instalando sua primeira usina de beneficiamento em Santa Cruz do Sul. Tornou-se a pioneira no sistema integrado de produção com os agricultores, possuindo atualmente 45 mil produtores integrados nos três estados do sul do país.

A **Philip Morris International** é responsável por 15% do mercado interno. Essa empresa tem expressiva participação no mercado externo através da exportação de cigarros. Empresa do grupo Altria, vende cigarros em cerca de 160 países. Em termos de emprego, são aproximadamente 3 mil funcionários em seu complexo industrial instalado em Santa Cruz do Sul, em sua sede administrativa em Curitiba e nos centros de distribuição de Canoas, São Paulo e Araraquara. Para se ter uma idéia do seu volume de processamento, nos últimos 30 anos sua produção alcançou 600 bilhões de unidades de cigarros. A empresa atua no Brasil desde 1973, iniciando suas atividades em Curitiba, porém 15 anos depois a unidade de processamento foi transferida para Santa Cruz do Sul.

Outra fumageira de destaque é a **Universal Leaf Tabacos LTDA**, pertencente ao grupo Universal Leaf Corporation. Atua no processamento de fumo com capacidade anual de beneficiamento em torno de 160 mil toneladas. Sediada em Santa Cruz do Sul, também possui unidade de processamento

em Venâncio Aires (RS) e ainda quatro filiais de compra em Santa Catarina. A empresa atua no Brasil desde 1970, sendo hoje a maior exportadora do Rio Grande do Sul. Emprega 5 mil funcionários permanentes e mantém 40 mil produtores integrados.

A **Dimon do Brasil Tabacos LTDA** ocupa o terceiro lugar na participação do mercado interno. Sua capacidade de processamento é de cerca de 100 mil toneladas de fumo anualmente. Atua no Brasil desde 1933 e emprega cerca de 3 mil funcionários entre temporários e permanentes. Sua sede administrativa está localizada em Vera Cruz (RS) e o processamento em Santa Cruz e Venâncio Aires no Rio Grande do Sul. Possui 28 mil produtores integrados.

A **Continental Tobaccos Alliance** processa anualmente cerca de 42 mil toneladas de fumo, sendo que 90% de sua produção é exportada para mais de 40 países, entre eles Bélgica, Canadá, Estados Unidos, Paraguai, Uruguai e Colômbia. Sua matriz está em Venâncio Aires e suas três filiais localizam-se em Ituporanga e Araranguá, Santa Catarina, e em Irati, no Paraná. A empresa atua no Brasil desde 1994, possuindo atualmente 1872 funcionários e 10 mil produtores integrados.

Com sede em Santa Cruz do Sul e filiais em Santa Catarina nos municípios de Apiúna e Morro da Fumaça, **A Kannenberg e Cia LTDA**, processa anualmente 24 mil toneladas de fumo. São 335 funcionários e 4.900 produtores integrados.

A **Meridional de Tabacos**, pertencente ao grupo Standard Commercial Coporation, processa 42 mil toneladas de fumo anualmente e possui cerca de 2 mil funcionários. Atua no Brasil desde 1975 e está sediada em Santa Cruz do Sul, mas com filiais em Santa Catarina nos municípios de Agronômica, São Miguel do Oeste e Sombrio, além de Rio Azul, no estado do Paraná. Possui aproximadamente 10 mil produtores integrados.

Por fim, entre as principais empresas processadoras de fumo está a **Brasfumo**, ao contrário das demais, trata-se de uma empresa de capital 100% nacional, que iniciou suas atividades em 1991. Sua capacidade de processamento é de 18 mil toneladas anualmente, destinando sua produção

totalmente para a exportação. Sua matriz está localizada em Venâncio Aires, no Rio Grande do Sul. Emprega cerca de 1000 funcionários e mantém 4600 produtores integrados à empresa.

3.5 Logística de Distribuição

A distribuição do produto final ao consumidor se constitui na etapa final de toda cadeia produtiva. A saída do cigarro da indústria processadora envolve uma série de atividades, como o transporte, distribuição por varejo até a chegada ao consumidor final.

Como exemplo ilustrativo desse elo final da cadeia, será apresentado, de forma simplificada, o caso da Souza Cruz, empresa líder no mercado interno, respondendo atualmente por cerca de 80% do mercado nacional.

A Souza Cruz possui uma complexa e sofisticada rede de distribuição que atende diretamente cerca de duzentos mil pontos de venda, posicionando-se como referência internacional em bens de consumo de massa. (www.souzacruz.com.br).

Através de uma frota própria de cerca de novecentos veículos, além de outros meios auxiliares, são vendidos e entregues diariamente mais de 300 milhões de cigarros. Todo esse processo acontece através de um moderno sistema informatizado de roteirização e com um monitoramento da frota por rádio e por satélite. A Souza Cruz garante, na maior parte das áreas do país, um intervalo de 24 horas entre o pedido do varejo e a entrega do produto, nas melhores condições de qualidade e conservação.

O funcionamento dessa distribuição acontece através de seis modernas Centrais Integradas de Distribuição, chamadas de CIDs, localizadas no Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Recife, além de outros 113 depósitos e postos de abastecimento. No coração deste sistema, está a CID de São Paulo, o maior e mais moderno centro de distribuição de cigarros da América Latina. Centralizando a operação de vendas da maior

região metropolitana do continente, ela atende 40 mil clientes, processa 9 mil notas fiscais e movimenta 100 milhões de cigarros, em média, em apenas um dia.

O Projeto das Centrais Integradas de Distribuição segue uma tendência mundial em que a empresa, ao reunir operações de atendimento ao mercado antes dispersas, ganha dinamismo, flexibilidade e controle. Neste trabalho de atendimento ao mercado, mais de 1500 profissionais estão envolvidos diariamente com o varejo, garantindo o suprimento e a satisfação dos consumidores.

Ao contrário da maioria dos processos de produção, no caso da Souza Cruz não existe a função do comprador em atacado. O produto é distribuído pelo moderno sistema de distribuição somente no varejo, constituído por bares, restaurantes, lanchonetes, lojas de conveniências e postos de combustíveis, entre outros, que se constituem nos responsáveis pela chegada do produto final ao consumidor.

3.6 Considerações Finais

A cadeia produtiva do fumo detém uma importância social e econômica no Brasil. Sua evolução ao longo da década de 1990 e nos anos recentes, mostra que a região Sul tem sido a principal responsável pela inserção do país no mercado internacional do fumo. A nível nacional nessa região se concentram as principais atividades da cadeia produtiva, da produção primária até a transformação do produto final ao consumidor.

As relações estabelecidas entre fumageiras e produtores, através do contrato de integração, mostram a dominância das empresas sobre o setor primário. Essa dominância se dá no controle sobre todo o processo de produção, tendo como exigência o respeito às normas para que se tenha um produto dentro dos padrões, tornando-se as mesmas ainda mais intensas no momento da comercialização do produto.

Ao longo da década de 1990, especialmente em seu início, os problemas de relacionamento entre os atores da cadeia produtiva ficaram bem evidentes. Nesse período, os estoques mundiais de fumo eram maiores, a oferta do produto apresentava-se maior que a demanda e as condições de comercialização não eram favoráveis como no início dos anos 2000.

Os produtores arcaram com a maior parte das conseqüências do desequilíbrio entre oferta e demanda, tendo sua produção desvalorizada no momento da compra, além de terem que comercializar o produto pelo preço estipulado pelas fumageiras, o que reduz sua margem de lucro. Essa é uma situação que se repete sempre que ocorre uma super safra.

Quando a oferta do produto aumenta dificilmente o protocolo de comercialização é assinado pelas fumageiras. A renda do agricultor então cai, pois a classificação do produto pela empresa é inferior à classificação real esperada pelo produtor. Com isso, o produto é adquirido pela fumageira por um valor abaixo do que realmente vale. A comercialização garantida do produto, citada como vantagem nessa cultura, torna-se limitada pelo preço estabelecido pelas indústrias. Como todas as indústrias praticam o mesmo preço e há excesso de oferta, não resta outra alternativa ao produtor a não ser entregar o produto.

Ainda no que diz respeito às relações de oferta e demanda, observa-se que quaisquer alterações positivas no preço do produto se refletem imediatamente em aumento da produção. Como a produção se encontra pulverizada entre milhares de produtores é muito difícil conseguir sucesso em qualquer iniciativa que tenha como objetivo evitar o excesso de oferta, principalmente após uma safra satisfatória. Sendo assim, safras com boa remuneração, geralmente são seguidas por safras mal remuneradas.

Mesmo nos períodos em que se registra uma situação favorável ao longo de toda a cadeia, há de se lembrar que o setor primário é o que fica com a menor participação no nível de renda.

Segundo dados do DESER (2001), do total de 10 bilhões de reais gerados pela cadeia produtiva do fumo no Brasil no ano de 2001, 65,5% foi recolhido pelas indústrias ao Tesouro Nacional através de impostos como IPI,

ICMS, Selo de Controle, COFINS e PIS. A indústria ficou com 23,5%, o varejo com 8,5% e o fumicultor com 2,5%.

Há portanto uma apropriação da maior parte do valor gerado ao longo da cadeia produtiva pelo governo e fumageiras em detrimento aos produtores. No entanto, essa é uma realidade que não ocorre somente com o fumo, mas também com outras cadeias produtivas. De todo modo, não se pode negar que o fumo possui um grande peso social e econômico, através de todas as atividades envolvidas no processo produtivo.

CAPÍTULO 4:

PANORAMA DA CULTURA DO FUMO EM SANTA CATARINA E NA REGIÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE LAGUNA (AMUREL)

4.1 Produção e Distribuição Regional em Santa Catarina

Os dados da AFUBRA confirmam a importância do fumo para o Estado de Santa Catarina. Num comparativo com a região Sul do País, no ano de 2002, Santa Catarina aparecia em segundo lugar, sendo responsável por 35,11% da produção. Mesmo com as oscilações ocorridas ao longo dos anos 1990 e início dos anos 2000, a participação catarinense manteve-se em segundo lugar. Isso significa dizer que um terço da produção sul brasileira esteve sob responsabilidade de Santa Catarina, um número que se torna ainda mais expressivo quando lembramos que a região Sul do país é responsável por mais de 95% da produção nacional.

Alguns fatores inerentes às características do território catarinense, contribuem para que o fumo continue a ganhar espaço na atividade agrícola. Dentre eles merece destaque a dificuldade de outras alternativas de produção proporcionarem uma perspectiva de rentabilidade como a do fumo em uma pequena área de produção. Segundo dados do ICEPA (2001), 70% dos produtores têm propriedades com menos de 20 hectares e outros 25% menos de 50 hectares. A área média de plantio por propriedade é de 2 hectares.

Em 2002, Santa Catarina possuía cerca de 200 mil produtores rurais, sendo que desse total 51.630 estavam envolvidos com a produção de fumo, tendo nessa atividade uma das principais fontes de renda familiar, uma vez que

a renda bruta de fumo atinge valores bem superiores à da maioria das culturas anuais.

Além disso, outros fatores tornam a atividade de grande importância no Estado, de acordo com o ICEPA: boa parte da renda bruta do fumo acaba constituindo-se em receita para os produtores, já que grande parte do custo de produção é remuneração da mão-de-obra, normalmente familiar; o Valor Bruto da produção do fumo catarinense atingiu em 2002 cerca de R\$ 600 milhões, perdendo apenas para o VBP da avicultura, suinocultura, produção de milho e bovinocultura; a fumicultura é desenvolvida em todas as regiões do Estado; o fumo contribui de forma expressiva para a arrecadação de impostos estaduais, além do fato do fumo ter-se tornado em um dos mais importantes produtos na pauta de exportações do estado.

A Tabela 7 ilustra o comportamento das exportações catarinenses de fumo no período de 1992 a 2002. Em relação ao início da década de 1990, chegou-se em 2002 com um crescimento de 86,55%, demonstrando que as exportações catarinenses de fumo possuem grande importância para o Estado. O crescimento mais expressivo foi registrado a partir de 2001. Em grande parte esse comportamento reflete as melhorias das condições do mercado internacional, devido à redução da produção de importantes exportadores mundiais como os EUA e Zimbábue, fato que favoreceu não somente Santa Catarina, mas toda a região Sul do país.

Tabela 7 – Volume das Exportações Catarinenses em Toneladas – 1992 a 2002

Ano	Quantidade (Toneladas)
1992	24.641
1993	27.763
1994	33.173
1995	38.070
1996	39.452
1997	34.909

1998	38.735
1999	31.449
2000	37.882
2001	48.101
2002	45.968

Fonte: ICEPA (2002).

A participação da cadeia produtiva do fumo na economia de Santa Catarina é bastante expressiva. Analisando o Valor Bruto da Produção dos principais produtos da Agropecuária Catarinense, o fumo aparece em quinto lugar. Conforme a tabela 8, somando os cinco principais produtos: frango, suíno, milho, bovino e fumo chega-se a 66,30% do total produzido pela agropecuária catarinense. Somente o fumo representou 7,54% do Valor Bruto da Produção de 2002, num total de R\$ 595 milhões.

Tabela 8 – Produtos com maior participação no Valor Bruto da Produção da Agropecuária Catarinense em 2002

Produtos	R\$ (mil)	Participação %
Frango	1.768.683	22,38
Suíno	1.599.266	20,23
Milho	668.314	8,46
Bovino	608.025	7,69
Fumo	595.835	7,54
Outros	2.663.512	33,70
Total	7.903.635	100

Fonte : ICEPA (2003).

Conforme citado anteriormente, a cultura do fumo está presente em todo o Estado catarinense, com sua participação distribuída em mesorregiões

constituídas por microrregiões geográficas. São seis mesorregiões produtoras do Estado: Oeste, Norte, Região Serrana, Vale do Itajaí, Grande Florianópolis e Sul Catarinense.

A região Sul aparece na liderança da produção catarinense de fumo no ano de 2002. Constituída pelas microrregiões de Criciúma, Tubarão e Araranguá, essa região foi responsável por 29% da produção do Estado, segundo o gráfico 3. É justamente nessa Mesorregião que se localiza a AMUREL – Associação dos Municípios da Região de Laguna, local deste trabalho, onde a cultura do fumo ainda é uma das mais importantes atividades agrícolas.

Em segundo lugar, com 25% da produção, vem o Vale do Itajaí, constituído pelas microrregiões de Rio do Sul, Blumenau, Itajaí e Ituporanga.

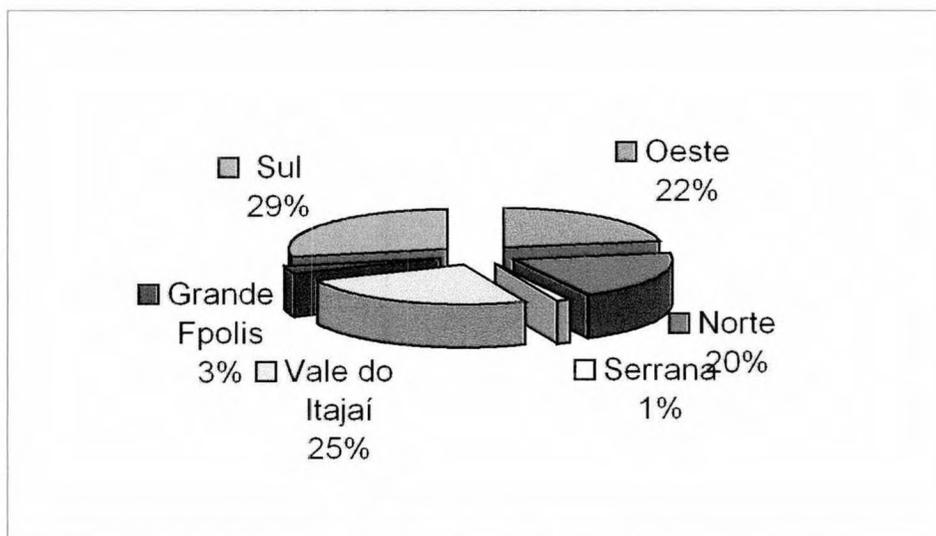
A região Oeste constituída pelas microrregiões de São Miguel do Oeste, Chapecó, Xanxerê, Joaçaba e Concórdia foi responsável por 22% da produção.

A região Norte ficou com 20%, através das microrregiões de Canoinhas, São Bento do Sul e Joinville.

Já com menor participação ficou a Grande Florianópolis com as microrregiões de Tijucas, Florianópolis e Tabuleiro respondendo por 3%.

A região Serrana ficou com 1% da produção através das microrregiões de Curitibanos e Campos de Lages.

Gráfico 3 - Distribuição da Produção Catarinense de Fumo por Mesorregiões no ano de 2002 (em %)



Fonte: ICEPA (2003)

O comportamento da área plantada de fumo em Santa Catarina registrou crescimento ao longo da década de 1990 e início dos anos 2000. O crescimento durante os anos 90 foi de 25,25% e no início dos anos 2000 foi de 6,20% de acordo com a tabela 9.

A região Sul do Estado, que em 1990 já estava na liderança em número de hectares cultivados, manteve-se como principal produtora ao longo do período analisado, embora tenha registrado em 2002 uma área 6,3% menor daquela existente em 1999.

A região do Vale do Itajaí também possui uma expressiva participação na área plantada de fumo ocupando, desde 1990, o segundo lugar. Sua participação mostrou-se crescente ao longo do período analisado, atingindo 27.644 hectares, em 2002.

A região Oeste do Estado que ocupava a terceira posição desde 1990, é uma das regiões que apresentou maior crescimento da área plantada, praticamente dobrando sua produção ao longo do período analisado. O Oeste é a região onde o cultivo teve sua introdução mais recente, no entanto, registrou crescimento expressivo.

Na região Norte o crescimento da área planta foi de 113,8% em relação ao início da década de 90, ocupando a quarta posição em número de hectares.

A região da Grande Florianópolis registrou queda na produção de 21,30% do início da década de 1990 até 2002.

A região Serrana possui pouca representação e vem diminuindo ainda mais sua produção ao longo dos anos com uma queda de 23,15% entre 1990 e 2002. Isso se deve às características da região, onde predomina as atividades da pecuária e florestais.

Tabela 9 – Área Plantada em Hectares e Volume de Produção em Toneladas nas Mesorregiões Catarinenses em 1990 – 1999 e 2002

Mesorregião	1990		1999		2002	
	Área	Produção	Área	Produção	Área	Produção
Sul	28.992	56.359	32.656	65.525	30.589	62.880
Vale Itajaí	23.993	42.296	26.228	52.059	27.644	55.611
Oeste	14.164	22.114	23.483	41.485	26.247	49.642
Norte	10.489	19.967	17.830	35.077	22.427	44.815
G. Fpolis	4.511	8.306	3.696	7.416	3.550	7.302
Serrana	2.095	3.354	1.630	3.113	1.610	3.132
Total	84.244	152.396	105.523	204.675	112.067	223.382

Fonte: ICEPA (2002).

Santa Catarina ocupa o segundo lugar na produção brasileira de fumo, graças ao comportamento do nível de produção ao longo dos anos de 1990 e 2000. O Crescimento foi de 34,30% nos anos 1990 e de 9,14% de 1999 a 2002, conforme a tabela acima.

A região Sul do Estado manteve-se como principal produtora a exemplo da área plantada, seguida pelo Vale do Itajaí, Oeste, Norte, Grande Fpolis e Serrana. A participação das regiões manteve essa hierarquia na participação da produção ao longo dos anos analisados. Embora tenham ocorrido oscilações, não foram expressivas a ponto de alterar a participação de cada região.

Contribuíram para a produção do Estado, as condições climáticas, produtividade, tecnologia utilizada pelos produtores, além da distribuição das propriedades agrícolas que na sua maioria se constituem por reduzida área, levando os agricultores a optarem pelo plantio do fumo, devido ao retorno monetário em pequenas áreas cultivadas.

4.2 Relações de Produção

4.2.1 O Sistema de Integração

As relações de produção estabelecidas entre as fumageiras e os produtores de fumo catarinenses são idênticas àquelas existentes no Paraná e Rio Grande do Sul, se efetivando através do sistema de integração. Esse sistema é responsável pelo bom desempenho da cadeia produtiva do fumo em Santa Catarina, bem como na região Sul do Brasil.

Desde 1918 a relação entre produtores de fumo e indústrias fumageiras é realizado através do sistema de integração, especialmente no Sul do país, onde a cultura do fumo tem maior expressão. Nesse sistema as indústrias fornecem assistência técnica através de seus técnicos, prestam assistência financeira, coordenam o transporte da produção, repassam aos produtores insumos certificados e autorizados para a fumicultura.

O produtor se compromete a seguir a tecnologia recomendada pela indústria, plantar a área contratada, construir estruturas necessárias para beneficiar a produção, além de usar os insumos fornecidos pela indústria e vender à integradora toda a produção de sua safra. Todas essas responsabilidades estão expressas no contrato de integração firmado por ambas as partes antes do início da safra.

Essa integração tem sido fundamental para o desenvolvimento do setor, contribuindo para a transformação do Brasil num dos mais importantes países da indústria do tabaco.

4.2.2 A Assistência Técnica

A assistência técnica é fornecida pelas indústrias fumageiras através de um quadro técnico próprio das empresas, constituído por técnicos agrícolas e engenheiros agrônomos. É através desses técnicos que ocorre a ligação entre as partes no processo de produção do fumo. Por meio de visitas nas propriedades é feito um planejamento da safra, envolvendo a definição de área a ser plantada, solicitação de crédito e insumos, além de seguro agrícola.

É o técnico da integradora, chamado de “instrutor”, que prepara toda a documentação necessária para estabelecer o contrato. Além da assistência técnica, o instrutor tem a função de fiscalizar o cumprimento do contrato de integração através de visitas periódicas e a de organizar a entrega do produto para a fumageira.

Além de permitir o controle sobre todo o processo de produção, a assistência técnica é utilizada pela maioria das empresas como forma de estimular os produtores a cumprirem o contrato. Se o produtor cumprir o contrato não há cobrança da mesma, mas no caso de descumprimento do contrato, chega a custar 50% do valor total dos insumos adquiridos pelo fumicultor.

Outro papel importante da assistência técnica é influenciar sobre a participação das empresas no número de integrados. O instrutor exerce papel fundamental na manutenção do número de integrados, através da prestação de assistência técnica de qualidade e também da busca de novos integrados que iniciam a atividade na fumicultura ou que estejam descontentes com a empresa que trabalham a algum tempo.

4.2.3 Crédito Rural

A integradora é responsável pelo encaminhamento do processo de documentação exigida pelo agente financeiro para que o agricultor tenha acesso ao crédito que pode se destinar tanto para o investimento (construção de estufas, galpões), como para o custeio da atividade (insumos utilizados durante a safra anual).

Muitas vezes o agricultor não sabe qual agente financeiro está financiando sua cultura, pois a fumageira é que se encarrega de obter o financiamento junto à rede bancária, processo que ocorre através de uma declaração assinada pelo agricultor autorizando o pedido junto aos bancos para obtenção de crédito rural. O agricultor assina também uma procuração em favor da AFUBRA, para o encaminhamento ao banco do cadastro e assinatura do contrato, que caracteriza, portanto, uma prestação de serviços da AFUBRA junto às fumageiras.

O valor da dívida é firmado em quilos de fumo da melhor classe (BO1) no momento do repasse dos recursos, sendo que a fumageira se responsabiliza por quitar a dívida no vencimento.

O crédito rural utilizado é o da linha do Pronaf, com juros de 3% ao ano. Os recursos conseguidos para o financiamento destinam-se para o custeio dos insumos, podendo ser incluso nesse financiamento recursos para a manutenção familiar e mão-de-obra exigida pela safra. Como os insumos são fornecidos pelas empresas integradoras, os recursos são destinados diretamente para a conta das empresas através de autorização assinada pelo agricultor.

Comprovada as despesas dos produtores junto à empresa integradora, o banco repassa diretamente à mesma os recursos para a safra. Esse processo é muito bem aceito pelas agências financiadoras pois as fumageiras atuam como avalistas , simplificando todo o processo e reduzindo significativamente a inadimplência. Os bancos admitem que a intermediação das indústrias facilita o crédito, permitindo atender um maior número de produtores, número esse que seria bem menor se cada produtor buscasse individualmente o seu crédito, pois os contratos individualmente são de baixos valores. Outra vantagem é a conquista de recursos em regiões diferentes daquelas que os agricultores

estão situados. Como as fumageiras possuem uma grande área de atuação, há possibilidade de se buscar recursos fora da praça do agricultor devido à grande abrangência das mesmas.

Ainda no que diz respeito às questões financeiras, os produtores podem optar pelo seguro agrícola. A AFUBRA (Associação dos Fumicultores do Brasil), é o órgão responsável pelo seguro contra granizo nas lavouras, seguro contra sinistro de instalações, além de auxílio funeral. O seguro é facultativo e quando realizado pelo produtor faz parte do contrato de integração, onde se estipula a área bem como instalações que ficam seguradas. Os recursos do seguro são repassados para a AFUBRA, via empresas integradoras. No encerramento da entrega do produto da safra corrente a empresa repassa a AFUBRA o montante referente ao seguro e no caso da ocorrência de sinistros repassa ao agricultor os valores devidos.

4.2.4 Assinatura de Protocolo de Comercialização

As relações de comercialização entre indústrias e produtores se dá através de um Protocolo de Comercialização da Safra. As negociações para assinatura desse protocolo acontece todos os anos, onde o SINDIFUMO representa as empresas e a AFUBRA, juntamente com as Federações dos Trabalhadores na Agricultura dos três estados do Sul, representam os produtores.

Todos os anos a assinatura do Protocolo gera polêmica, afinal cada órgão procura defender os interesses que representa, exigindo várias rodadas de negociações. Devido às divergências, nem todos os anos o Protocolo é assinado e quando isso não acontece as empresas seguem a proposta apresentada pelo SINDIFUMO. Esse fato demonstra a dominância das indústrias ao longo da cadeia produtiva e a situação desfavorável dos produtores, que arcam com os riscos da lavoura e implantam as mesmas sem a garantia de preços. As negociações para definição do preço a ser pago ao

produtor iniciam somente quando o fumo está em fase de colheita, entre os meses de dezembro a janeiro, sendo que o preço é definido de acordo com o protocolo de comercialização

No Protocolo são acertados os seguintes itens:

- Preço referencial do fumo: quando é definido o reajuste a partir dos preços praticados na safra anterior;
- Composição do índice de reajuste: que pode ser constituído pelo reajuste na tabela de preços e compensações sobre frustrações ocorridas em safras anteriores.
- Pagamento do preço do fumo: é estabelecido o número de dias úteis, após a entrega do fumo que será creditado o valor correspondente na conta corrente do produtor. Geralmente isso acontece entre o 4º e 5º dia útil;
- Comercialização: são definidas as formas de comercialização através da classificação do fumo estabelecida por Portarias do Ministério da Agricultura;
- Flexibilidade na entrega do fumo: é estabelecido o cronograma de entrega do fumo por parte do produtor. A entrega é parcelada, possuindo um determinado período para ocorrer;
- Juros dos financiamentos de insumos e investimentos: definição das taxas de juros do crédito rural para os produtores que cumpriram o contrato de integração;
- Vencimento antecipado de contratos: permissão aos produtores para anteciparem a entrega do produto, quitando suas dívidas e ficando livres para a obtenção de novo crédito para a safra seguinte;
- Repactuação de dívidas: são estabelecidas as condições em que as dívidas não quitadas podem ser prorrogadas. No caso de problemas climáticos, desde que comprovado o cumprimento do contrato de integração, as dívidas são refinanciadas;
- Frete e seguro do transporte de fumo e de insumos: fica estabelecido quem pagará os gastos com frete e seguro no transporte do produto desde a casa até a indústria, onde na maioria das vezes a indústria

assume esses custos, exceto nos casos de produtos devolvidos pela indústria pelo não cumprimento das normas de comercialização;

- Fiscalização e acompanhamento da classificação: são definidos os órgãos responsáveis pela fiscalização e acompanhamento da comercialização no ato de entrega do produto na fumageira.
- Assistência técnica: especifica as condições de cobrança da assistência técnica junto aos agricultores;
- Custo de produção do fumo: são estabelecidas as formas de levantamento de custos, para que se estabeleça os novos reajustes do preço do produto.

Conforme citado anteriormente, nem todos os anos acontece assinatura do protocolo. O fato da produção estar muito pulverizada entre os produtores, fica difícil conseguir alcançar as reivindicações dos produtores. De acordo com a situação da comercialização do fumo, influenciada fortemente pelo comportamento internacional, ocorre a assinatura com maior ou menor facilidade. Como ocorrem várias rodadas de negociações entre os órgãos, muitas vezes ocorre a retirada de alguns itens bem como inclusão de novos no Protocolo de Comercialização. Em linhas gerais, os itens acima citados fazem parte do documento.

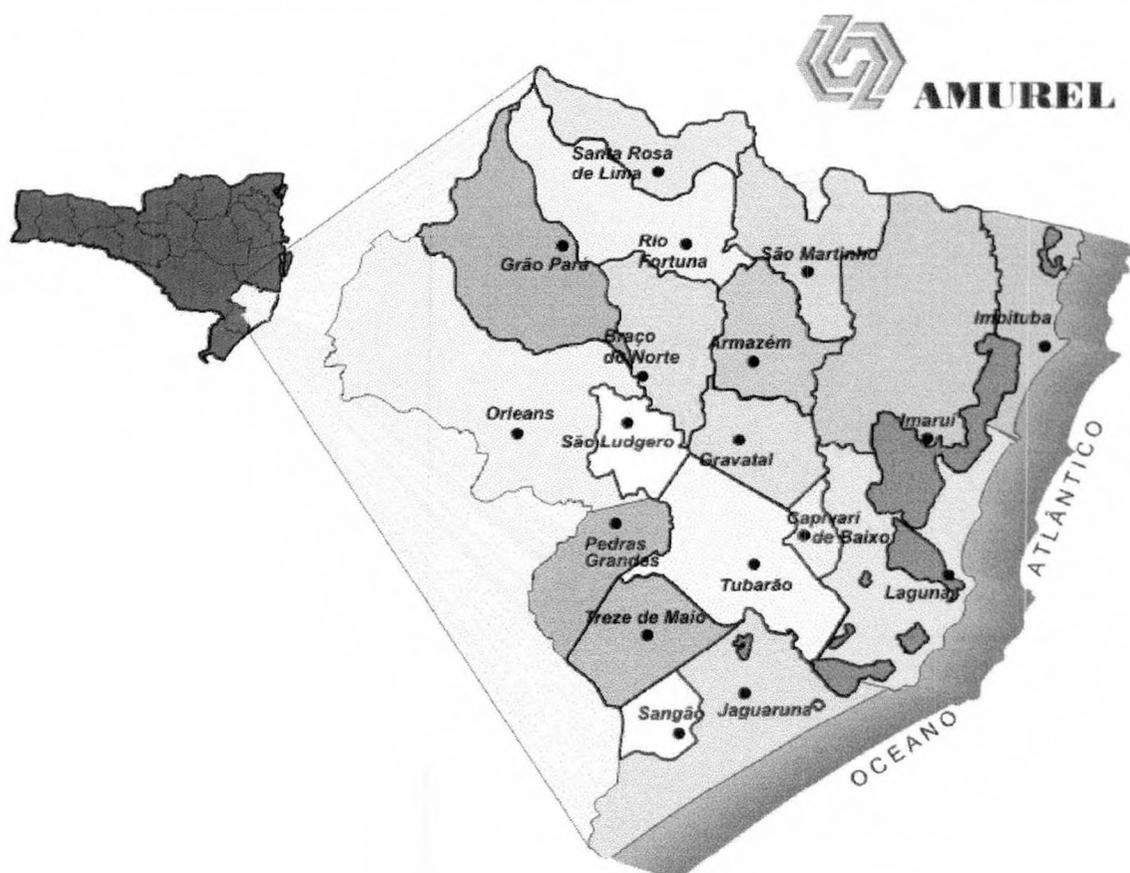
Nos anos em que o comércio internacional apresenta-se favorável, o Protocolo é assinado com maior facilidade, evitando-se a disputa da compra de fumo entre fumageiras. Quando ocorre essa disputa, entram em operação atravessadores contratados pelas empresas, que vão às propriedades e compram o fumo com classificação e pagamento na própria propriedade. Com o objetivo de evitar essa situação ocorre um maior interesse na assinatura do documento. Por outro lado, nos anos em que se registra excesso de oferta, como ocorreu em meados da década de 1990, a comercialização ocorre com prejuízos ao produtor, sendo que as empresas estabelecem uma espécie de acordo, rebaixando a classificação do fumo, pagando valores inferiores aos que realmente vale a qualidade do fumo entregue.

O protocolo de comercialização serve para negociações nos três estados do Sul, sendo que quando ocorre a assinatura do mesmo são reunidos representantes dos três estados.

4.3 A Fumicultura na Região da AMUREL

4.3.1 Localização Geográfica e Composição da AMUREL

A Associação de Municípios da Região de Laguna – AMUREL, compreende uma área de 453.160 Km², o correspondente a 4,75% da área do Estado de Santa Catarina. Limita-se ao Norte com a Associação de municípios da Grande Florianópolis - GRANFPOLIS, a sudoeste com a Associação de municípios da Região Carbonífera - AMREC, a leste e sudeste com o Oceano Atlântico e a Noroeste com a Associação de Municípios da Região Serrana – AMURES.



É composta por 18 municípios: Armazém, Braço do Norte, Capivari de Baixo, Grão-Pará, Gravatal, Imaruí, Imbituba, Jaguaruna, Laguna, Orleans, Pedras Grandes, Rio Fortuna, Sangão, Santa Rosa de Lima, São Ludgero, São Martinho, Treze de Maio e Tubarão. O município de Tubarão se destaca como centro de polarização regional através da prestação de serviços e comércio, enquanto que os municípios de Laguna, Imbituba e Braço do Norte atuam como sub-polos regionais.

4.3.2 Caracterização da AMUREL

4.3.2.1 Indicadores Populacionais

Segundo dados do IBGE (2000), a população da região da AMUREL é de 324.591 habitantes, correspondendo a 6,06% da população total de Santa Catarina. Em termos de distribuição espacial, 70,22% da população está concentrada em área urbana e 29,78% vive no meio rural.

Conforme a tabela 10 os municípios de Tubarão, Laguna, Imbituba, Braço do Norte, Capivari de Baixo, Orleans, Jaguaruna e São Ludgero são os que concentram o maior número da população na área urbana, devido a presença de indústrias, comércio e prestação de serviços mais desenvolvidos. Já os municípios de Pedras Grandes, Santa Rosa de Lima, Treze de Maio, São Martinho, Rio Fortuna, Imaruí, Gravatal, Armazém, Sangão e Grão Pará possuem mais de 50% de sua população no meio rural, sendo caracterizados como essencialmente agrícolas.

Tabela 10 – População dos Municípios da AMUREL

Município	Total	Urbana	Rural
Armazém	6.873	2.625	4.248
Braço do Norte	24.802	17.879	6.923

Capivari de Baixo	18.561	17.436	1.125
Grão Pará	5.817	2.674	3.143
Gravatal	10.799	3.864	6.935
Imaruí	13.404	3.909	9.495
Imbituba	35.700	34.527	1.173
Jaguaruna	14.613	10.238	4.375
Laguna	47.568	37.284	10.284
Orleans	20.031	12.813	7.218
Pedras Grandes	4.921	865	4.056
Rio Fortuna	4.320	1.213	3.107
Sangão	8.128	3.624	4.504
Santa Rosa de Lima	2.007	423	1.584
São Ludgero	8.587	5.995	2.592
São Martinho	3.274	888	2.386
Treze de Maio	6.716	1.764	4.952
Tubarão	88.470	69.925	18.545
Total Região	324.591	227.946	96.645
Total SC	5.356.360	4.217.931	1.138.429

Fonte: IBGE (2000).

Como a maioria dos municípios possuem a agricultura como principal atividade econômica, há um baixo nível de renda, uma vez que em geral, a rentabilidade da agricultura é baixa. O fumo representa uma alternativa rentável para a agricultura da região, contribuindo para amenizar o êxodo rural.

4.3.2.2 Indicadores Econômicos

Para que se possa entender as principais informações econômicas sobre essa região vamos separar as informações por setores primário, secundário e terciário.

4.3.2.2.1 Setor Primário

O setor primário, através de sua produção agropecuária, possui um peso significativo para a economia dessa região. As condições do solo, a topografia e o clima existente contribuem para a manutenção de uma parcela significativa da população no meio rural, pois permite a diversificação de atividades agropecuárias.

A utilização das terras apresenta o predomínio de pastagens e lavouras, além de reflorestamento e matas nativas. Segundo a AMUREL (2003), em termos de estrutura fundiária, a maioria dos estabelecimentos agropecuários são pequenos, sendo que quase 50% dos imóveis possuem em média 4 hectares.

A agricultura dessa região é bastante diversificada, destacando-se por nível de importância as seguintes culturas: Fumo, Arroz, Mandioca, Milho, Batata-Inglesa, Feijão, Tomate e Laranja.

O fumo possui presença marcante na região, conforme será apresentado posteriormente.

A cultura da mandioca está presente nos municípios de Imbituba, Laguna, Jaguaruna e Sangão, devido às características do solo.

O arroz é cultivado principalmente em Tubarão e Capivari de Baixo, devido à presença de planícies, permitindo a produção de arroz irrigado.

As culturas de feijão e milho são cultivadas na maior parte pelos produtores de fumo que as utilizam como mais uma fonte de renda, implantando-as logo após a colheita do fumo.

Uma atividade que merece destaque na região é a criação de camarão nas regiões do entorno do Complexo Lagunar Sul (Laguna, Jaguaruna,

Imbituba e Imaruí), local onde, segundo dados da EPAGRI (2002), existe um potencial de 3 mil hectares de lâmina d'água para a criação de camarão. Em 2002, a produção foi de 1.900 toneladas. A lucratividade conseguida pelos produtores torna a atividade bastante competitiva, se comparada a outras atividades do setor primário.

Entre as atividades relacionadas à pecuária, destaca-se a suinocultura presente principalmente em Braço do Norte; a bovinocultura de leite presente nos municípios do vale de Braço do Norte e a bovinocultura de corte e de leite nos municípios de Gravatal e São Martinho.

4.3.2.2.2 Setor Secundário

A região possui o setor secundário bastante diversificado a exemplo do setor primário. Destaca-se o crescente desempenho das indústrias de fabricação de embalagens de material plástico, molduras, fabricação de artefatos de madeira, fabricação de calçados de couro e fábricas de roupas de malha.

Também possui importância a fabricação de móveis de madeira, fábricas de artefatos de cerâmica e porcelana, beneficiamento de arroz e abatedouros de aves.

Com menos expressão encontra-se também a produção de pisos cerâmicos, fabricação de telhas e tijolos e engarrafamento de água mineral.

Nos últimos anos o desempenho econômico das indústrias de fabricação de embalagens plásticas tem sido expressivo, presentes com maior peso nos municípios de São Ludgero e Orleans. A indústria de molduras, que exporta grande parte de sua produção e localiza-se em Braço do Norte, também se destaca porque emprega muitas pessoas e promove o crescimento regional.

Há também a presença de indústrias de processamento de leite nos municípios de Braço do Norte e Rio Fortuna, além do processamento de frutas em Braço do Norte.

Em Capivari de Baixo está localizado o complexo Termelétrico Jorge Lacerda, considerado o maior potencial termelétrico a carvão da América Latina. Essa usina possui importância elevada na economia do município, bem como na região da AMUREL.

4.3.2.2.3 Setor Terciário

Ao caracterizar o setor terciário da AMUREL, verifica-se que é crescente o comércio atacadista de bebidas, produtos químicos, gêneros alimentícios e farmacêuticos, além do comércio varejista de máquinas e equipamentos agrícolas. Destaca-se também o comércio varejista de combustíveis e lubrificantes.

Com menor participação encontra-se também revendedores autorizados de veículos, supermercados, comércio varejista de eletrodomésticos, móveis, confecções em geral, material de construção entre outros.

Já os serviços resumem-se a poucas atividades, porém de elevado valor adicionado, principalmente como o de transporte rodoviário de passageiros. Além desse encontramos também o transporte rodoviário de cargas, serviços de fornecimento de energia elétrica e transporte marítimo.

O turismo é explorado em Laguna, devido as suas características históricas.

Conclui-se portanto que o setor secundário é o que vem ganhando espaço na região da AMUREL, devido à instalação de empresas industriais na região especialmente nos municípios de São Ludgero, Braço do Norte, Orleans, Tubarão e Capivari de Baixo, que são os municípios que impulsionam o desenvolvimento do setor secundário. A disponibilidade de mão-de-obra que, na grande maioria, sai do setor primário para o setor secundário, aliado ao acesso rodoviário, são os principais responsáveis pelo desenvolvimento nesses municípios.

4.3.3 A Importância da Cultura do Fumo na Região da AMUREL

A introdução da cultura do fumo em Santa Catarina aconteceu através do Sul do Estado, em um período bastante recente. Por volta de 1950, iniciou-se o seu cultivo através do sistema de integração (Paulilo, 1986). Na verdade, o fumo já era cultivado em pequenas quantidades na Região de Nova Veneza, no entanto, tratava-se de fumo de corda e era comercializado em rolos em pequena quantidade.

A partir de então, essa nova cultura transformou as paisagens rurais, expandindo-se para as demais regiões do Estado, entre elas a AMUREL, uma vez que essa região está muito próxima do local onde inicialmente se cultivava o fumo de corda, passando em seguida para o fumo em folha.

A partir de 1950, a ocupação das terras com lavouras como mandioca, arroz, milho e feijão que eram culturas tradicionais, cederam espaço para essa nova cultura que apresentava-se como uma nova fonte de renda, mais rentável e ocupando pequena área. A cultura da mandioca foi perdendo espaço para a produção de fumo e, a partir de então, a AMUREL começou a contar com mais uma importante atividade da agricultura.

Todo esse processo de mudança aconteceu através da Souza Cruz, indústria pioneira na implantação do sistema de integração de produção de fumo em folha a partir da década de 1950 e que, por esse motivo, permaneceu sozinha no mercado durante duas décadas (Paulilo, 1986).

As primeiras experiências com os integrados deram certo para a Souza Cruz, permitindo uma aceitação positiva dos agricultores para essa nova cultura, atraindo novos produtores. Uma das estratégias adotadas pela Souza Cruz foi a contratação de filhos de agricultores para atuarem como orientadores no processo de integração. Dessa forma, o instrutor era conhecido na região em que atuava, facilitando a conquista de novos produtores e as relações entre fumageira e produtor.

Além disso, o interessado construía a estufa com dinheiro emprestado pela empresa que também fornecia os insumos, entregando-os na casa do

produtor (Paulilo,1986). Os juros do empréstimo para construção eram pagos pela Companhia e não havia juros sobre os insumos fornecidos pela fumageira. Todos esses fatores, aliados à garantia de compra do produto, convenceram os agricultores a abraçarem essa nova oportunidade, mudando a realidade da produção agrícola da região da AMUREL, bem como de todo o Sul Catarinense.

Do início da implantação da cultura do fumo até o momento ocorreram várias mudanças nas formas de relacionamento entre produtores e fumageiras, diminuindo de certo modo as vantagens oferecidas pelas fumageiras. O aumento do número de produtores possibilitou uma situação mais favorável às indústrias estreitando o poder de negociação dos produtores e impondo uma relação de dominância das fumageiras perante os produtores.

De qualquer forma, mesmo com as mudanças ocorridas ao longo do tempo, a fumicultura ganhou espaço na região da AMUREL, favorecida pelas condições climáticas, solo, relevo e distribuição fundiária caracterizada pelas pequenas propriedades familiares de pequeno porte, permitindo uma rentabilidade em pequena área ,mesmo que acidentada como grande parte das terras dessa região.

Em 1995 a região da AMUREL já era responsável pela produção de 10,4% da produção de fumo do Estado de Santa Catarina, sendo a principal cultura da região ocupando 9.873 hectares, envolvendo 4.064 produtores e representando 34,27% do valor bruto de toda a produção agrícola da região. Uma média de 2,4 hectares cultivados por produtor confirma a necessidade de pequena área e uma rentabilidade que não é obtida por outras culturas agrícolas.

A cultura do fumo exerce nessa região papel fundamental na ocupação de mão-de-obra familiar, uma vez que grande parte do custo de produção é proveniente da mão-de-obra. Além disso, o fumo permitiu e continua permitindo a divisão das propriedades para os descendentes estimulando que os filhos, ou pelos menos alguns dos filhos que mais se identificam com a atividade, permaneçam na agricultura. Conforme citado anteriormente, o setor primário representa parcela significativa da economia da AMUREL, e o fumo tem

permitido a manutenção de novas gerações na agricultura, evitando também o êxodo rural e mantendo a participação do setor primário dessa região.

A tabela 11 mostra a produção de fumo da AMUREL em termos de área plantada no final da década de 1990 e em 2002. A região era responsável em 1998 por 9,6% da produção do Estado e em 2002 representava 7,92% da produção Catarinense. Em relação a 1998 houve uma redução na área plantada de 2.110 hectares, o equivalente a 19,18%.

Tabela 11 – Área Plantada em Hectares e Produção em Toneladas nos Municípios da AMUREL em 1998 e 2002

Municípios	1998		2002	
	Área	Produção	Área	Produção
Armazém	600	960	501	1.021
Braço do Norte	930	1.451	902	1.822
Capivari de Baixo	-	-	-	-
Grão Pará	1.487	2.290	1.556	3.210
Gravatal	300	450	148	307
Imaruí	400	440	138	286
Imbituba	-	-	-	-
Jaguaruna	620	930	689	1.431
Laguna	3	6	-	-
Orleans	2.850	4.520	2.461	4.828
Pedras Grandes	950	1.235	626	1.287
Rio Fortuna	636	954	491	997
Sangão	90	126	9	19
Santa Rosa Lima	210	273	181	368
São Ludgero	450	720	289	579
São Martinho	300	540	392	800
Treze de Maio	720	1.008	357	739
Tubarão	450	630	146	304

Total Região	10.996	16.533	8.886	17.998
Total SC	114.468	163.768	112.067	223.382

Fonte: IBGE (2002).

Os municípios de Capivari de Baixo, Imbituba e Laguna são os que praticamente não possuem representatividade da cultura do fumo em sua economia. Por serem municípios com uma taxa de urbanização mais acentuada possuem os setores secundários e terciários como impulsionadores da economia do município, sendo que a agricultura tem baixa representação, não aparecendo a cultura do fumo.

Por outro lado, municípios com características essencialmente agrícolas possuem expressiva participação na área de fumo cultivada na região. Fatores como relevo, distribuição fundiária e baixo desenvolvimento dos setores secundários e terciários contribuem para que o fumo tenha papel fundamental na renda das famílias e na economia do município. Este é o caso de Orleans e Grão-Pará que são os principais produtores da região.

Quando analisamos os demais municípios, observa-se que todos produzem fumo em áreas consideradas expressivas, contribuindo para a renda das famílias envolvidas e para a economia da região.

Quando analisamos a produtividade, observa-se um aumento de 34,73%, passando de uma produção de 1.503 Kg por hectare, em 1998, para 2.025 Kg por hectare, em 2002. A melhora na produtividade permite que se produza uma quantidade maior numa determinada área cultivada. Dessa forma um número menor de agricultores podem produzir a quantidade desejada pelas fumageiras, reforçando a dominância das empresas sobre o produtor, obrigando-os a se adaptarem aos moldes da empresa.

Fatores como melhoria nas técnicas de produção, melhoramento genético e uso de novas tecnologias, incentivados pelas fumageiras para que se consiga um padrão de produção dentro do desejado pelas mesmas, contribuíram para esse aumento na produtividade. Além disso, as condições climáticas são fundamentais no desempenho positivo da cultura.

Através do sistema de integração as empresas obrigam os produtores a ajustarem sua produção dentro de novas normas e novas técnicas, fazendo com que o agricultor invista na propriedade, tanto na melhoria das instalações como nas formas de manejo da lavoura, de forma que se alcance os objetivos desejados.

Os municípios que compõem a AMUREL foram responsáveis em 2002 por 8,05% da produção catarinense de fumo. Embora não seja uma representação tão expressiva, o fumo contribui significativamente para a região em função das características da AMUREL, onde a agricultura possui forte peso na economia.

Os próprios produtores admitem a importância do fumo para a região. Além de retirarem dessa cultura a renda de suas famílias, entendem que para muitos dos municípios da AMUREL, a economia como um todo vai bem quando há um desempenho positivo da cultura do fumo. Há uma forte dependência da movimentação do comércio em relação à renda dos agricultores proveniente da fumicultura. Além disso, as condições de moradia, bem estar material e investimentos na diversificação das atividades da propriedade agrícola estão diretamente ligadas à fumicultura.

A importância da cadeia produtiva do fumo para a AMUREL praticamente não difere dos fatores citados a nível estadual no início deste capítulo. A rentabilidade proporcionada em pequena área é um dos fatores fundamentais, uma vez que as características da estrutura fundiária dessa região necessitam de uma cultura que permita um bom retorno financeiro em uma pequena área.

A mão-de-obra familiar utilizada na produção do fumo permite a ocupação das pessoas no campo, aspecto relevante, uma vez que predominam municípios com características essencialmente agrícolas, evitando dessa forma o êxodo rural.

São basicamente cinco os destinos da produção do fumo em folha da AMUREL: Santa Cruz do Sul, Blumenau, Maracajá, Araranguá e Morro da Fumaça.

A Souza Cruz destina a maior parte da produção para Santa Cruz do Sul por concentrar suas atividades no Rio Grande do Sul, apenas uma parte da produção é destinada para a região de Blumenau. A Universal destina a produção de seus integrados para Maracajá em SC onde classifica o produto e o transporta para o processamento em Santa Cruz do Sul. A Dimon recebe o produto no município de Araranguá em SC. Já a Kannenberg recebe o produto no município de Morro da Fumaça.

A maioria da produção destinada às filiais das empresas instaladas em Santa Catarina, passa apenas pela classificação do produto, sendo destinada posteriormente ao Rio Grande do Sul, onde encontra-se a sede das indústrias processadoras.

4.4 Considerações Finais

A cultura do fumo representa para Santa Catarina uma importante atividade econômica, contribuindo para a arrecadação de impostos, participando das exportações e gerando renda para muitas famílias. Socialmente representa oportunidade de ocupação de mão-de-obra, o que contribui para a manutenção da agricultura familiar catarinense e permite a exploração mais rentável da propriedade, amenizando o êxodo rural.

A exploração dessa atividade transformou a realidade da agricultura catarinense, ao se substituir culturas tradicionais que não possuíam garantia de mercado, por uma nova cultura que, além da garantia de mercado, mostrou-se mais rentável em termos de área explorada e lucratividade.

A região da AMUREL constituída por dezoito municípios que, na sua maioria, possuem a economia baseada na agricultura, se inseriu nesse processo de transformação do meio rural catarinense proporcionado pela cultura do fumo. Além de uma nova alternativa de renda permitiu que as propriedades agrícolas se modelassem de tal forma que, juntamente com o

fumo, ocorresse uma diversificação de culturas que possibilitasse retirar da propriedade outros produtos que ajudam na manutenção do orçamento familiar.

O setor primário dessa região possui o fumo como uma importante atividade da agricultura, fundamental para a manutenção da participação desse setor na movimentação econômica como um todo da AMUREL. Embora estejam sendo introduzidas indústrias que absorvem parte da mão-de-obra proveniente do meio rural é fundamental que existam alternativas para a manutenção da mão-de-obra familiar no campo, proporcionando um equilíbrio entre os setores primário, secundário e terciário. O fumo tem desempenhado esse papel na região da AMUREL.

CAPÍTULO 5: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos a cadeia produtiva do fumo concluímos que o mercado internacional exerce forte influência sobre o seu desempenho. Isso se deve ao fato de uma grande parcela da produção do fumo brasileiro ser exportada. Desta forma, as oscilações no nível de produção dos principais países se refletem no comportamento da cadeia produtiva internamente. Foi o que aconteceu nos últimos anos quando Estados Unidos e Zimbábue reduziram sua produção, abrindo espaço para a exportação do fumo brasileiro, fato este que acabou beneficiando todos os segmentos da cadeia produtiva.

As oscilações do mercado exercem influências sobre todas as atividades da cadeia produtiva, especialmente sobre o setor primário, devido às relações estabelecidas entre produtores e indústrias fumageiras, onde há um controle de todo o processo de produção por parte das últimas.

Quando ocorre um aumento da oferta mundial de fumo, geram-se conflitos entre produtores e indústrias no momento da comercialização, pois prevalece as condições apresentadas pelo Sindicato das Indústrias do Fumo, já que as fumageiras não assinam o protocolo de comercialização. O preço é estabelecido pelas indústrias e a classificação do produto torna-se rigorosa, ocasionando perdas ao setor primário através do baixo índice de reajuste de preço, além do próprio rebaixamento da classificação do produto.

Entre os atores dessa cadeia produtiva, o produtor rural é o que possui menor poder de negociação. Isso se deve, em grande parte, pela pulverização do setor entre muitos produtores, prejudicando dessa forma a sua organização e, conseqüentemente, as reivindicações de direitos.

Diante dessa situação de dominância das fumageiras em relação ao setor primário, existe uma pressão sobre os produtores para que se adaptem às novas exigências do padrão de produção, sob pena de ficarem fora do processo. Essas adaptações exigem investimentos nas propriedades, impostos pelas fumageiras devido à facilidade de exigir do produtor uma adequação aos seus moldes.

Apesar do sistema de integração ser caracterizado pela dominância das indústrias sobre os produtores, o desempenho da cadeia produtiva do fumo tem exercido grande importância econômica e social no setor primário, devido as condições favoráveis de mercado nos últimos anos.

O fumo é responsável pela expressiva geração de renda e emprego no nível nacional, estadual e na região da AMUREL. A rentabilidade mais elevada em relação a outras culturas, a possibilidade de cultivo em pequenas áreas e a adaptação ao clima e relevo dessas regiões fazem do fumo uma importante atividade econômica.

No entanto, o desempenho da cadeia produtiva do fumo tem enfrentado obstáculos devido ao impacto ambiental provocado na propriedade. É justamente sobre esse aspecto que as fumageiras estão impondo as principais adaptações aos produtores, exigindo o reflorestamento anual, a instalação de estufas de secagem que utilizem formas alternativas de secagem, como o uso de energia elétrica, além de outras adaptações. A fumicultura é vista como uma atividade de forte impacto ao meio ambiente e ao longo da cadeia produtiva quem arca com esses custos de compensação ao meio ambiente é o setor produtivo primário, já que é na propriedade agrícola que ocorre a ação direta sobre o meio ambiente.

Portanto, com o passar do tempo está havendo um aumento nas restrições quanto ao cultivo do fumo, exigindo-se adaptações para que essa atividade tenha continuidade, porém, entre todos os segmentos envolvidos aquele que mais sofre as exigências é o setor primário, forçado pelas indústrias fumageiras que recebem essa pressão de movimentos sociais, ambientalistas e de consumidores, e as repassam aos produtores.

Embora o fumo tenha sua importância econômica e social por gerar empregos, renda e movimentar milhões de reais, há de se lembrar que essa atividade carrega consigo uma série de problemas como o impacto ambiental, problemas de saúde dos agricultores por ser uma planta tóxica e problemas ao consumidor final, já que o consumo de cigarros traz problemas à saúde.

As campanhas antitabagistas foram intensificadas em meados da década de 1990, provocando reações dos governos de maior ou menor

intensidade de acordo com as leis de cada país. Essas campanhas alegam que o produto gerado pela cadeia produtiva do fumo exige um gasto considerável dos governos pelos danos causados à saúde dos consumidores.

Segundo dados do Instituto Nacional do Câncer (INCA), o consumo de derivados do tabaco causa cerca de 50 doenças diferentes, principalmente câncer, problemas cardiovasculares como infarto, e doenças respiratórias crônicas. No Brasil, o tabagismo é responsável por 200 mil mortes por ano, o equivalente a 23 pessoas por hora. As doenças cardiovasculares e o câncer são as principais causas dessas mortes (DESER,2003).

Todos esses fatores, aliados à necessidade de secagem do fumo com o uso de lenha, se transformam em mais um peso para a continuidade da cultura do fumo, pois embora determina-se que apenas o reflorestamento pode ser usado para tal atividade, há resistência de agricultores que acabam por desmatar áreas de matas para tal uso. Isso acontece, muitas vezes, pelo fato da propriedade agrícola ser pequena e não dispor de área suficiente para o reflorestamento, necessitando-se desmatar áreas que deveriam se constituir em espaços de preservação ambiental das propriedades.

Analisando o setor primário, objeto central deste trabalho, questiona-se sobre as perspectivas para os produtores envolvidos nessa atividade. Considerando as relações estabelecidas entre as fumageiras e produtores, é possível imaginar uma situação de seleção no setor primário, onde sobreviverão os agricultores que estiverem dispostos a continuarem adaptando-se ao processo de produção ditado pelas indústrias e pelas exigências impostas pela legislação governamental para a continuidade do cultivo do fumo.

Desta forma, os agricultores familiares, que conseguem sua subsistência através dessa atividade, serão a categoria social com potencial de exclusão desse processo, tendo em vista às dificuldades financeiras de se adaptarem às contínuas exigências do processo produtivo. As regiões que possuem no fumo uma atividade de relevância econômica e social, como é o caso da AMUREL, poderão sofrer com as adaptações dessa cadeia produtiva.

Entre as alternativas para os pequenos produtores está a diversificação das atividades da propriedade agrícola, de forma que o fumo deixe de se constituir a principal fonte de renda, para ser um complemento enquanto for possível acompanhar o ritmo de adaptação ao processo de produção.

6. BIBLIOGRAFIA

AFUBRA. Dados sobre fumicultura. Disponível na Internet. <http://www.afubra.com.br>.

AMUREL. Dados sobre a região da Amurel. Disponível na internet. <http://www.amurel.org.br>.

BATALHA, Mário Otávio. **As cadeias de produção agroindustriais: uma perspectiva para o estudo das inovações tecnológicas.** Revista de Administração, São Paulo, v. 30, n. 4, p. 43-50, out/dez. 1995.

BERNI, Duílio de Ávila (Org). **Técnicas de Pesquisa em Economia.** Florianópolis:Ganges, 1998. 258 p.

BOLETIM do Deser (Departamento de Estudos Sócio Econômico Rurais). Conjuntura Agrícola. Fevereiro/2000, n. 108; Julho/2002, n. 125; Novembro/2002, n. 127; Fevereiro/2003, n. 128; Maio/2003, n. 129, Novembro/2003, n. 133 e Fevereiro/2004, n. 135.

CARON, P. **Espaces élevages et dynamiques du changement dans le Nordeste Semi-Aride du Brésil.** These de doctorat, França, Paris X, 1998. 400p.

CASTRO, A.M.G., et al. **Prospecção de demandas tecnológicas: manual metodológico para o SNPA.** Brasília: EMBRAPA, 1995.82p.

CERDAN, Clarice, et al. **O Estudo das Cadeias Produtivas para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar.** Petrolina,1999. 12 p.

DESER. **A Cadeia Produtiva do Fumo.**Caderno de Estudo. Curitiba, 1998. 32 p.

DESER. **Contexto Rural.** Revista do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais, n. 4, p. 1-52. dez. 2003.

FAO. Base de Dados Estatísticos. Disponível na internet. <http://www.fao.org>.

FARINA, Elizabeth; ZYLBERSZTAJN, Décio. **Relações Tecnológicas e Organização dos Mercados do Sistema Agroindustrial de Alimentos.** Brasília, 1991. 27 p.

HAGUENAUER, Lia, et al. **Evolução das Cadeias Produtivas Brasileiras na década de 90**. Brasília: BSB, 2001. 60 p.

HIRANO, Sedi, et al. **Pesquisa Social Projeto e Planejamento**. São Paulo: Tao. 99p.

IBGE. Banco de Dados Agregados – SIDRA. Disponível na Internet. <http://www.ibge.gov.br>.

ICEPA. **Indicadores para a Agricultura Catarinense**. Revista do Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina, Florianópolis, v. 5, n. 1, p. 34-35, jan/mar. 2004.

ICEPA. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina, 1999-2000, 2000-2001, 2001-2002, 2002-2003**.

KOPITCKE, Bruno Hartmut. **Análise de “Filière”, Conceitos, Métodos e Aplicações**. Florianópolis: UFSC, 1988. 160 p.

MAISSEU, A. & LE DUFF, r. **Stratégie et technologie: le rôle clef des technologies “verrou”**. Congresso Internacional de Génie Industrielle. França, 1991. p. 693-702.

MORVAN, Y. **Filière de Production, in Fondements d’ économie industrielle, economica**. 1995, p.199-231.

PAULILO, Maria Ignez S. **A Fumicultura no Sul do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1986. 39 p.

ROESSING, Antônio Carlos, et al. **Cadeias Produtivas no Brasil: Análise da Competitividade**. Brasília: Embrapa, 2001. 469 p.

SILVA, Leonardo Xavier da; WAQUIL, Paulo Dabdab. **Caracterização e Desempenho do Setor Fumageiro do Sul do Brasil nos anos Noventa**. Porto Alegre: UFRGS, 2002. 15 p.

SOUZA CRUZ. Dados sobre a empresa. Disponível na internet. <http://www.souzacruz.com.br>.

USDA. Banco de dados sobre fumo. Disponível na Internet. <http://www.usda.gov>.

WILKINSON, John. **Cadeias Produtivas para Agricultura Familiar**. Revista de Administração da Universidade Federal de Lavras, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 70-88, jan/jun. 1999.

ZYLBERSZTAJN, Décio; NEVES, Marcos Fava. **Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares**. São Paulo: Pioneira, 2000. 21 p.